

Caderno de
Conteúdos
GRI
2025

FREE
FLOW

FREE
FLOW

ecovias



ecorodovias

3
Conteúdos
gerais

16
Materialidade

19
Estratégia
climática

27
Biodiversidade
& ecossistema

32
Economia
circular

36
Segurança

44
Capital humano
& DEI

54
Comunidades

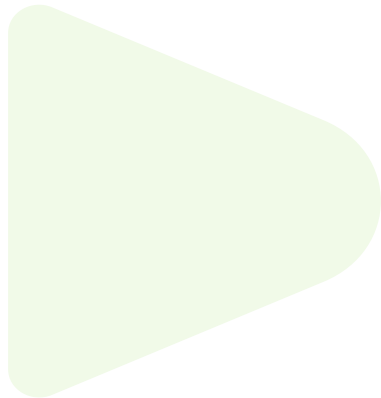
57
Ética,
transparência &
integridade

62
Compras
sustentáveis

66
Proteção
de dados &
segurança

68
Inovação &
tecnologia

71
Sumário de
conteúdo da GRI



Índice

Conteúdos gerais



Conteúdos gerais ►

GRI 2-1 | Detalhes da organização

Somos uma companhia de capital aberto (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) listada no Novo Mercado da B3, segmento com os mais elevados requisitos de governança da bolsa de valores de São Paulo. Atuamos no Brasil gerenciando 12 concessões rodoviárias e 2 ativos no Porto de Santos (1 terminal portuário e o principal pátio regulador de caminhões). Nossa sede se localiza em São Paulo (SP), e nossas operações se estendem por oito estados brasileiros.



1. Exceto para a Ecovias Araguaia, cuja participação é de 65%, detida indiretamente por meio da Holding do Araguaia, na qual a Perseus Infra Participações S.A. detém participação de 35%.

GRI 2-2 | Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização

O Relatório Integrado da EcoRodovias abrange todas as empresas da Companhia, mesmo escopo adotado para a consolidação das demonstrações financeiras. Os dados de desempenho são apurados em sua integralidade para todas as subsidiárias. Limitações de escopo nas informações reportadas, quando existirem, estão sinalizadas no conteúdo do indicador ou na base de preparação.

GRI 2-3 | Período de relato, frequência e ponto de contato

O Relatório Integrado é elaborado anualmente, abrangendo o período de janeiro a dezembro de cada ano fiscal, mesma periodicidade das demonstrações financeiras anuais consolidadas. Esta edição se refere ao ano de 2025. Dúvidas ou comentários sobre o relatório são recebidos pelo e-mail sustentabilidade.grupoecorodovias@ecorodovias.com.br.

GRI 2-4 | Reformulações de informações

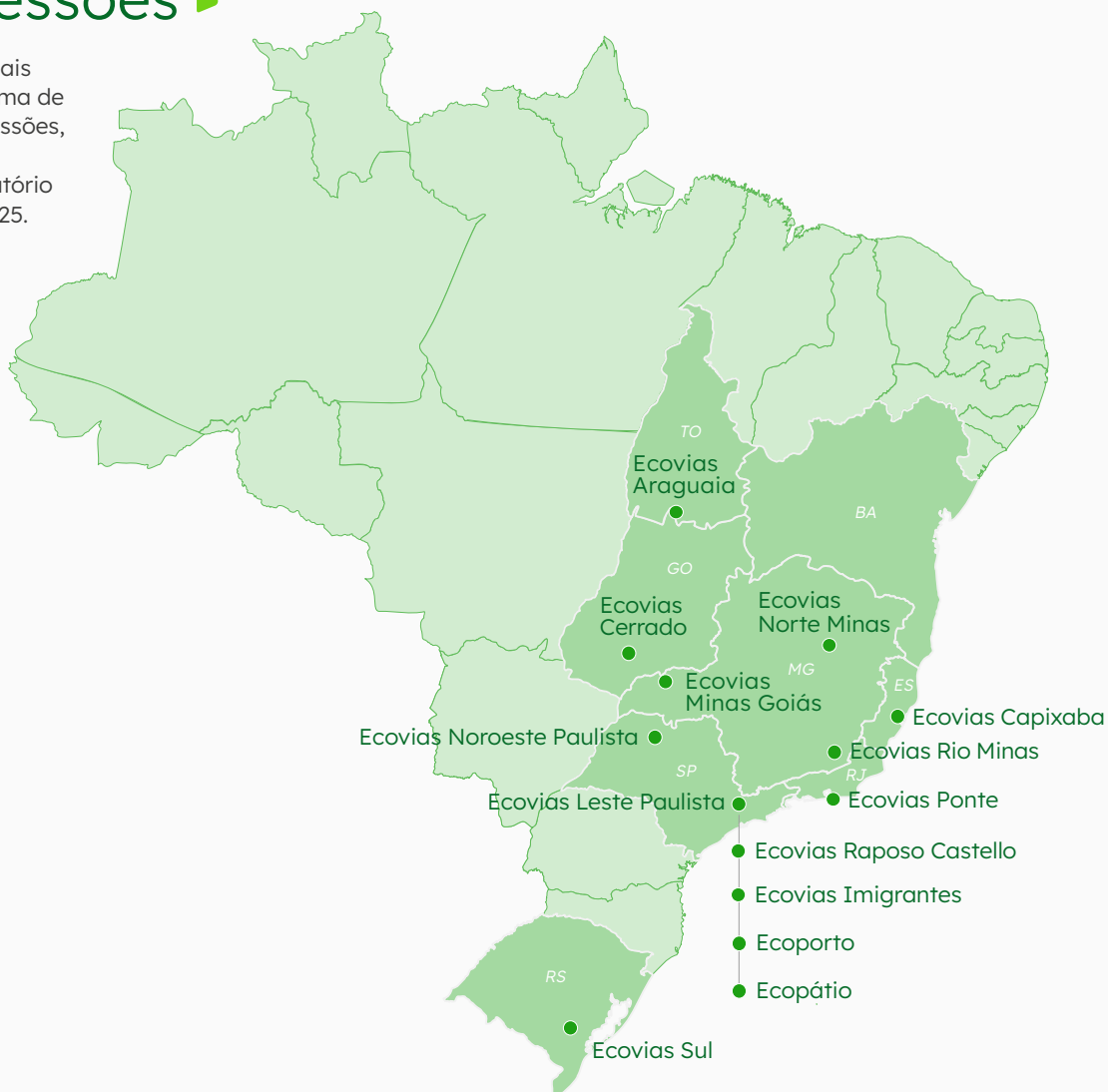
Os conteúdos GRI 101-5 e 404-3 foram reapresentados, sem impacto material em relação aos dados divulgados em relatórios anteriores. Para mais informações, consulte as notas explicativas em cada um desses conteúdos GRI.

GRI 2-5 | Verificação externa

O Relatório Integrado é submetido a verificação externa independente. Para mais informações sobre o escopo de verificação, consulte o Relatório de Asseguração (página 99 do Relatório Integrado) e a Base de Preparação, disponíveis [neste link](#).

Nossas concessões ►

Para saber mais sobre cada uma de nossas concessões, [clique aqui](#) e acesse o Relatório Integrado 2025.



GRI 2-6 | Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios

Atuamos no setor de concessões de infraestrutura, com 12 concessões rodoviárias em 8 estados brasileiros e 2 ativos no Porto de Santos (1 terminal portuário e o principal pátio regulador de caminhões). O prazo médio de duração do nosso portfólio de concessões é de 20 anos.

Nossas atividades rotineiras asseguram o acesso dos usuários a essas infraestruturas de forma segura e sustentável, por meio da adequada manutenção dos 4,8 mil quilômetros administrados. De maneira complementar, investimos na modernização e ampliação da infraestrutura, por meio da implementação de novas tecnologias e de obras de duplicação e melhoria, conforme previsto nos contratos de concessão.

Nossa cadeia de fornecedores tem papel fundamental para o modelo de negócios e é formada, principalmente, por parceiros de serviços (como os que atuam nas obras, na conservação das vias e no atendimento médico e mecânico aos usuários) e de materiais (principalmente insumos para as obras e equipamentos das bases de apoio e praças de pedágio). A cadeia de valor *downstream* abrange a população das regiões em que estamos presentes, que trafega pelas nossas rodovias, assim como empresas do setor logístico e de transportes.

GRI 2-7 | Empregados

Quadro funcional por região, gênero e tipo de contrato ¹									
	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Centro-Oeste e Norte ²									
Permanente	109	196	305	134	213	347	130	206	336
Temporário	0	1	1	0	0	0	1	0	1
Total	109	197	306	134	213	347	131	206	337
Sudeste									
Permanente	2.413	2.716	5.129	2.238	2.556	4.794	2.271	2.392	4.663
Temporário	30	42	72	23	25	48	39	123	162
Total	2.443	2.758	5.201	2.261	2.581	4.842	2.310	2.515	4.825
Sul									
Permanente	113	142	255	115	140	255	127	147	274
Temporário	2	15	17	4	9	13	5	9	14
Total	115	157	272	119	149	268	132	156	288
Consolidado									
Permanente	2.635	3.054	5.689	2.487	2.909	5.396	2.528	2.745	5.273
Temporário	32	58	90	27	34	61	45	132	177
Total	2.667	3.112	5.779	2.514	2.943	5.457	2.573	2.877	5.450

1. Abrange todos os colaboradores (inclusive afastados): contratados CLT, diretores estatutários, aprendizes e estagiários. Os dados consideram a data-base de 31/12 e são obtidos do sistema SAP Gente e Gestão. Não houve variação significativa de um período para o outro ou ao longo do ano relatado.

2. Regiões consolidadas porque a Ecovias Araguaia se estende pelos estados de Goiás (Centro-Oeste) e Tocantins (Norte)

GRI 2-7 | Empregados (continuação)

Quadro funcional por região, gênero e jornada de trabalho¹									
	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Centro-Oeste e Norte²									
Jornada integral	109	197	306	134	213	347	131	206	337
Jornada parcial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	109	197	306	134	213	347	131	206	337
Sudeste									
Jornada integral	2.431	2.740	5.171	2.253	2.570	4.823	2.300	2.496	4.796
Jornada parcial	12	18	30	8	11	19	10	19	29
Total	2.443	2.758	5.201	2.261	2.581	4.842	2.310	2.515	4.825
Sul									
Jornada integral	114	155	269	115	142	257	128	147	275
Jornada parcial	1	2	3	4	7	11	4	9	13
Total	115	157	272	119	149	268	132	156	288
Consolidado									
Jornada integral	2.654	3.092	5.746	2.502	2.925	5.427	2.559	2.849	5.408
Jornada parcial	13	20	33	12	18	30	14	28	42
Total	2.667	3.112	5.779	2.514	2.943	5.457	2.573	2.877	5.450

1. Abrange todos os colaboradores (inclusive afastados): contratados CLT, diretores estatutários, aprendizes e estagiários. Os dados consideram a data-base de 31/12 e são obtidos do sistema SAP Gente e Gestão. Não houve variação significativa de um período para o outro ou ao longo do ano relatado.

2. Regiões consolidadas porque a Ecovias Araguaia se estende pelos estados de Goiás (Centro-Oeste) e Tocantins (Norte).

GRI 2-8 | Trabalhadores que não são empregados

Trabalhadores terceirizados atuam em nossas operações por meio de contratos de prestação de serviços, sobretudo em atividades de atendimento pré-hospitalar, socorro mecânico, construção e conservação das vias. Em 2025, contávamos com 16.168 terceirizados em nossas unidades, ante 13.232 e 13.437 no fim de 2024 e 2023, respectivamente. O aumento de 22,2% na comparação com o período anterior ocorreu principalmente pelo avanço de obras nas concessões e pelo início de atividades da Ecovias Raposo Castello, que demanda a alocação de parceiros para os serviços de socorro mecânico e atendimento médico.

GRI 2-9 | Estrutura de governança e sua composição

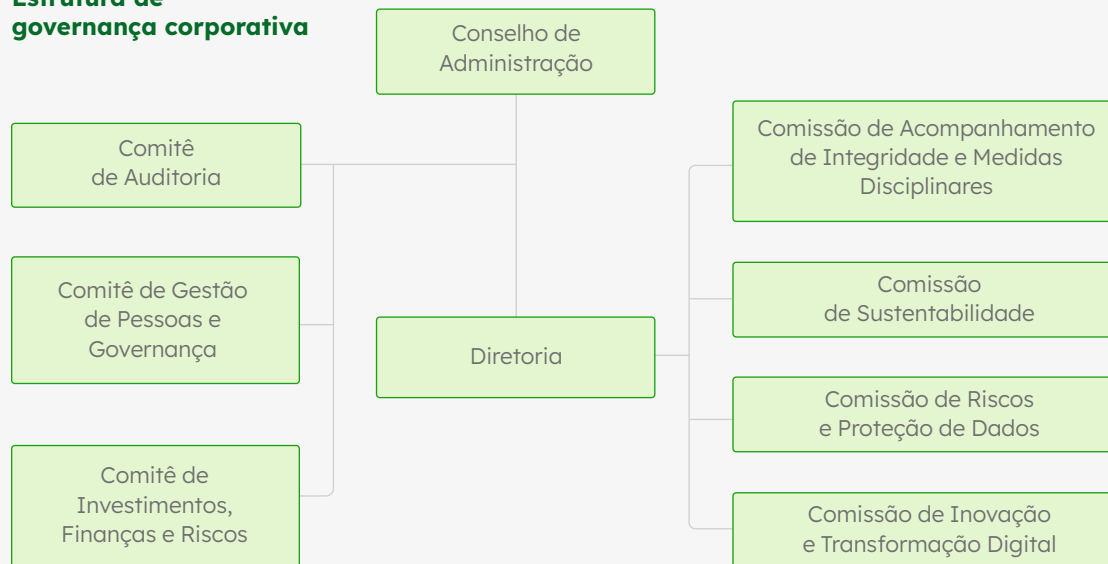
Nossa estrutura de governança é formada pelo Conselho de Administração, que conta com o apoio de três Comitês de Assessoramento estatutários, pela Diretoria Estatutária, que tem o suporte de quatro Comissões no âmbito executivo, e pelo Conselho Fiscal em caráter não permanente, instalado sempre que aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração é responsável pela orientação geral dos negócios, aprovação do plano de negócios e das metas corporativas e definição de diretrizes para garantir a geração de valor sustentável no longo prazo a todos os acionistas. Os Comitês de Assessoramento contribuem para a análise aprofundada das matérias levadas ao órgão previamente às reuniões, conforme seus escopos e suas competências de atuação. As atribuições e os ritos de funcionamento dessas instâncias estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e previstos formalmente no Estatuto Social e nos respectivos Regimentos Internos.

Dos nove membros efetivos atuais do Conselho de Administração, nenhum ocupa posição executiva na EcoRodovias e dois deles (22%) são independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, um membro do Conselho é do gênero feminino, e não há representantes de outros grupos minorizados na composição do órgão. Todos os conselheiros possuem comprovada experiência e conhecimento do setor, agregando competências e repertórios complementares que contribuem para a tomada de decisão estratégica. Informações detalhadas sobre o currículo, a experiência e

outros compromissos de cada um deles estão disponíveis na seção 7.3 do Formulário de Referência ([clique aqui](#) e acesse).

No âmbito executivo, a Diretoria lidera a execução do plano estratégico, direcionando a realização dos investimentos, projetos e planos de ação nas diferentes áreas e unidades. Atualmente formada por cinco executivos, atua em conjunto com os demais diretores da EcoRodovias e conta com quatro Comissões dedicadas para o acompanhamento de temas transversais às diversas áreas da Companhia.

Estrutura de governança corporativa**Clique aqui**

para conhecer a composição dos nossos órgãos de governança

GRI 2-10 | Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança

A Política de Indicação formaliza o processo de nomeação e seleção de membros do Conselho de Administração, assegurando a conformidade com os requisitos legais aplicáveis e o Estatuto Social. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de dois anos (a mais recente eleição ocorreu em 2025). Nesse processo, são considerados o alinhamento dos candidatos aos valores e à cultura da Companhia, se o currículo é compatível com as atribuições do cargo e a disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função assumida. A seleção de membros para o mais alto órgão de governança também considera a diversidade de conhecimento, perfis, formação acadêmica, faixa etária, gênero e experiência profissional, garantindo pluralidade de argumentos e pontos de vista nas deliberações. Em linha com os requisitos do Novo Mercado, pelo menos 20% do Conselho de Administração é formado por membros independentes.

GRI 2-11 | Presidente do mais alto órgão de governança

Nosso Estatuto Social determina a proibição do acúmulo de funções executivas pelo presidente do Conselho de Administração. Além disso, como boa prática de governança, nenhum membro do órgão ocupa posição na administração executiva da Companhia.

GRI 2-12 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos

Por meio da estrutura de governança e das respectivas atribuições previstas nos Regimentos Internos do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria, os membros da governança e altos executivos são responsáveis pela aprovação de estratégias, metas, políticas e processos que viabilizam o desenvolvimento sustentável dos negócios. A supervisão da administração pelas instâncias de governança ocorre de forma sistemática por meio das reuniões ordinárias trimestrais ou da convocação de reuniões extraordinárias. Nesses encontros, os principais indicadores do negócio, iniciativas estruturantes e projetos relevantes são apresentados aos conselheiros pela Diretoria.

GRI 2-13 | Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos

Aprovada pelo Conselho de Administração em 2024, nossa Agenda ESG 2030 – nas Vias da Sustentabilidade (saiba mais na página 12) reúne os principais compromissos da EcoRodovias para a condução sustentável dos negócios. A Agenda ESG 2030 possui dez vias com metas definidas para orientar nossos projetos e planos de ação, e conta com uma estrutura de governança e acompanhamento dedicada para a adequada

delegação de responsabilidades na gestão dos impactos mais relevantes em nosso modelo de atuação.

Para cada uma das vias, grupos de trabalho que reúnem colaboradores de diferentes especialidades e embaixadores dos temas são responsáveis por conduzir as ações que permitirão o alcance das metas estabelecidas. Mensalmente, o Grupo Integrado de Líderes ESG, colegiado formado por diretores e gestores administrativos e das concessionárias, reúne-se para acompanhar o andamento dos projetos e padronizar conceitos e premissas. A Comissão de Sustentabilidade, instância de suporte à Diretoria, realiza reuniões trimestrais para discutir e avaliar os resultados dos projetos e dos planos de ação, oportunidades de melhoria e eventuais iniciativas corretivas. Em nossa estrutura organizacional, contamos, ainda, com a Diretoria de Sustentabilidade, que atua na consolidação de controles e reporte e na articulação interna e externa para a promoção de uma cultura corporativa nesse tema.

GRI 2-14 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade

O Conselho de Administração analisou e aprovou o processo de atualização da nossa Matriz de Materialidade e os dez temas materiais que norteiam a elaboração do Relatório Integrado. A aprovação do Relatório cabe à Diretoria Executiva com apresentação ao Conselho de Administração.

GRI 2-15 | Conflitos de interesse

A prevenção e o tratamento de situações de conflito de interesses são norteados pelo Estatuto Social, que proíbe a participação de conselheiros em sociedade concorrente da EcoRodovias ou que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, e pela Política de Transações com Partes Relacionadas, que determina os procedimentos a serem adotados nas relações de negócios com essas partes. Nas deliberações do Conselho de Administração, os membros que tenham algum conflito de interesses com a matéria analisada declaram-se conflitados e abstêm-se da votação, com registro de tal condição em ata.

Divulgamos publicamente situações de potencial conflito de interesses e as respectivas tratativas adotadas. O envolvimento de conselheiros em outras atividades e sociedades integra a descrição de seus currículos e consta em nosso site de Relações com Investidores e na seção 7.3 do Formulário de Referência (disponível [neste link](#)). Por sua vez, situações de transação com partes relacionadas são divulgadas por meio de comunicados ao mercado, fatos relevantes e atas das reuniões do Conselho de Administração, disponíveis publicamente no site de Relações com Investidores ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 2-16 | Comunicação de preocupações cruciais

O Conselho de Administração é comunicado sobre desvios de conduta e impactos negativos significativos da Companhia por meio de dois processos. Situações apuradas pelo Canal de Ética ou relacionadas às demonstrações financeiras são levadas ao Comitê de Auditoria. Além disso, os executivos podem apresentar preocupações sobre situações de ampla repercussão ou elevado risco nas reuniões do Conselho de Administração,

mediante cumprimento dos ritos de governança. Em 2025, assim como no ano anterior, não tivemos nenhuma comunicação de preocupação crucial.

GRI 2-17 | Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança

Promovemos a contínua qualificação do Conselho de Administração nas temáticas e nos desafios do desenvolvimento sustentável dos negócios por meio de um conjunto de medidas. Desde 2023, o órgão conta com um membro independente especialista em sustentabilidade, que agrega sua experiência e conhecimentos nas deliberações com os demais conselheiros. Além disso, processos estruturantes da gestão de sustentabilidade na Companhia são levados para aprovação do Conselho de Administração, como a aprovação e o acompanhamento da Agenda ESG 2030 e a revisão do estudo de materialidade conduzida em 2024.

GRI 2-18 | Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança

Pelo menos uma vez a cada mandato, o Conselho de Administração realiza um processo de avaliação de desempenho com o apoio de uma consultoria especializada. Os mecanismos e procedimentos de avaliação (como questionários e entrevistas) são definidos no começo de cada ciclo em conjunto com o parceiro contratado e aprovados pelo órgão. Os resultados desse processo e as medidas de aprimoramento são compartilhados com os conselheiros e podem incluir mudanças na estrutura do órgão, no planejamento de pautas para deliberação e nos procedimentos de reporte e prestação de contas.

Ao longo de 2025, consolidamos os resultados do processo de avaliação conduzido no período anterior.

Entre os principais desdobramentos dessa avaliação, destacam-se o fortalecimento do arcabouço normativo da Companhia, por meio da revisão estratégica de nossas principais políticas e regimentos, e a maior conexão entre as instâncias de governança e a realidade operacional, por meio de visitas técnicas estratégicas com a participação dos membros do Comitê de Auditoria. Além disso, promovemos uma reunião presencial no Brasil, permitindo maior integração entre os conselheiros de diferentes nacionalidades e reforçando o alinhamento do colegiado.

GRI 2-19 | Políticas de remuneração

A remuneração de integrantes do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e do Conselho Fiscal é exclusivamente fixa, definida com base em pesquisas de mercado e proporcional às responsabilidades de suas funções, independentemente do número de reuniões em que participam. Esse grupo não recebe nenhum tipo de benefício ou remuneração variável.

O pacote de remuneração dos membros da Diretoria é composto de parcelas fixa e variável, sendo essa última desdobrada em mecanismos de curto prazo (Programa de Participação nos Resultados) e longo prazo (baseada em ações), além de benefícios e eventuais pagamentos extraordinários, em eventos excepcionais, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração. A parcela variável de curto prazo está atrelada ao atingimento de metas empresariais e específicas, definidas conforme o planejamento estratégico. Essas metas incluem, entre outros, aspectos de desempenho financeiro, sustentabilidade, operacionais e de projetos estratégicos.

Para mais informações, consulte nossa Política de Remuneração, disponível [neste link](#).

GRI 2-20 | Processo para determinação da remuneração

A Política de Remuneração determina o modelo de remuneração dos membros da governança e dos executivos da EcoRodovias, em linha com as melhores práticas de mercado e com o objetivo de atrair e reter profissionais devidamente qualificados para as posições de alta administração. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2022 e está disponível publicamente em nosso site de Relações com Investidores ([clique aqui](#) e acesse).

A área de Recursos Humanos é responsável por conduzir os estudos e as análises para proposição da remuneração, com o apoio de consultorias especializadas. A proposta é submetida à apreciação e recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e à aprovação do Conselho de Administração.

GRI 2-21 | Proporção da remuneração total anual

As mudanças observadas entre os anos decorrem, principalmente, da natureza variável do incentivo de longo prazo (ILP) pago aos executivos. O ILP está atrelado ao desempenho da Companhia e ao valor de nossas ações na bolsa; por isso, o montante pago pode oscilar significativamente de um exercício para o outro. Como resultado, mudanças nas proporções de remuneração apuradas podem ocorrer sem que haja alteração estrutural na política de remuneração adotada ou nos montantes apurados como média e mediana dos colaboradores.

Proporção da remuneração anual e de seu aumento			
	2025	2024	2023
Proporção da remuneração do indivíduo mais bem pago x média dos demais colaboradores	84,90	95,91	77,99
Proporção do aumento anual da remuneração do indivíduo mais bem pago x média dos demais colaboradores	0,11	2,79	nd
Proporção da remuneração do indivíduo mais bem pago x mediana dos demais colaboradores	185,00	209,90	168,61
Proporção do aumento anual da remuneração do indivíduo mais bem pago x mediana dos demais colaboradores	0,11	3,10	nd

GRI 2-22 | Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável

A declaração de nosso CEO sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável da Companhia faz parte do conteúdo do Relatório Integrado 2025. [Clique aqui](#) para acessar o documento e consulte a página 5 para ler a declaração.

GRI 2-23 | Compromissos de política

Nossos compromissos para a conduta empresarial responsável permeiam todo o conjunto de instrumentos normativos da Companhia e norteiam a atuação diária dos colaboradores. De maneira mais explícita e abrangente, três documentos destacam-se na definição desses princípios e parâmetros de condução dos negócios de maneira alinhada à promoção dos direitos humanos: o Código de Conduta, a Política de Direitos Humanos e a Agenda ESG 2030.

O Código de Conduta da EcoRodovias é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente para incorporar as melhores práticas de mercado. O documento abrange todas as nossas operações e é divulgado continuamente ao público interno, tanto por meio de campanhas de comunicação quanto pelo treinamento formal dos colaboradores no momento de admissão e sempre que o Código é atualizado. Para os *stakeholders* externos, o documento está disponível em nosso site institucional em português, inglês e italiano. Na mesma página, disponibilizamos o Código de Conduta para Terceiros, que se aplica às contratadas. No momento da contratação, as empresas parceiras realizam o e-learning do Código e aderem formalmente a cláusulas contratuais que preveem o respeito às diretrizes do documento.

O Código de Conduta referencia normas e parâmetros internacionais, como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Pacto Empresarial contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras e as normas ISO para sistemas de gestão relacionadas a qualidade (9001), meio ambiente (14001), segurança viária (39001), saúde e segurança do trabalho (45001), responsabilidade social (26000) e antissuborno (37001). O documento aborda diferentes temáticas relacionadas aos direitos humanos, inclusive o repúdio a qualquer prática que desrespeite os direitos fundamentais do trabalhador, o combate à discriminação e ao assédio, a promoção da diversidade e a garantia de condições saudáveis e seguras para a atuação dos colaboradores. Mecanismos para a implementação das diretrizes de conduta também são previstos pelo Código e incorporados nas rotinas de gestão por meio do Programa de Ética – Sistema de Integridade.

A Política de Direitos Humanos, aprovada pelo CEO em 2024 e aplicável a todas as operações, aborda com maior profundidade as diversas temáticas cobertas nesse escopo e referencia o próprio Código de Conduta, além de compromissos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, as Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais, as diretrizes, metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês). O documento prevê instrumentos para o devido diligenciamento em direitos humanos, está disponível publicamente no site institucional e foi amplamente divulgado aos colaboradores ao longo de 2025.

A Agenda ESG 2030 – nas Vias da Sustentabilidade é a estratégia que traçamos para investir na infraestrutura rodoviária do Brasil de forma sustentável e promover o crescimento dos negócios com desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Agenda ESG 2030 possui dez vias com objetivos e metas definidas para orientar nossos projetos e planos de ação até o ano de 2030. Construída a partir de compromissos e *frameworks* externos com os quais nos engajamos – como os ODS, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e o CDP –, a estratégia foi aprovada pelo Conselho de Administração e conta com uma estrutura de governança dedicada. Entre as metas estabelecidas pela Agenda ESG 2030 está o treinamento de colaboradores e fornecedores em direitos humanos.

Compromissos externos voluntários assumidos	
Destaques do nosso envolvimento em 2025	
Programa Na Mão Certa (desde 2010)	Nossa participação no Programa Na Mão Certa, organizado pela ONG Childhood Brasil, reforça nosso compromisso com a proteção dos direitos humanos em toda a cadeia de valor. A iniciativa é voltada para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de campanhas educativas e de sensibilização e da formação de parcerias com empresas, governos e outras organizações sociais. Em 2025, com o objetivo de sermos ainda mais efetivos nessa frente, estruturamos uma matriz de indicadores para monitorar riscos e acompanhar a efetividade das ações de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes em nossas concessões.
Pacto Global (desde 2014)	Mantivemos nossa atuação como signatários do Pacto Global.
Livres e Iguais (desde 2020)	Mantivemos nossa presença na carteira do IDIVERSA da B3, amadurecendo continuamente o programa Caminho para Todos como impulsionador da diversidade, equidade e inclusão na Companhia. Demos continuidade às mentorias individuais e em grupo voltadas para a ampliação da representatividade feminina em posições de liderança e desenvolvemos uma ação de capacitação direcionada especificamente às pessoas com deficiência intelectual que atuam no Viveiro de Mudas, fortalecendo vínculos e as habilidades de convivência em equipe.

Clique aqui

e acesse o Código de Conduta e o Código de Conduta para Terceiros

Clique aqui

e acesse a Política de Direitos Humanos

Clique aqui

e acesse a Agenda ESG 2030

GRI 2-24 | Incorporação de compromissos de política

A implementação dos compromissos descritos no conteúdo GRI 2-23 ocorre por meio do Programa de Ética – Sistema de Integridade (para questões relacionadas ao combate à corrupção) e da governança e gestão da Agenda ESG 2030 (considerando as iniciativas de promoção dos direitos humanos).

O Programa de Ética abrange diferentes frentes de gestão para assegurar o cumprimento das diretrizes previstas pelo Código de Conduta, como mecanismos de avaliação e mitigação de riscos, ações de conscientização e treinamento de colaboradores e terceiros e canal dedicado para o recebimento e a apuração de denúncias de desvios. O Programa é certificado na norma ISO 37001 (antissuborno) e está alinhado à Lei Anticorrupção (Lei no 12.846/2013). A gestão do Programa cabe à Diretoria de Planejamento, Riscos e Compliance, sob a supervisão do Comitê de Auditoria (no âmbito do Conselho de Administração) e o envolvimento das demais diretorias da Companhia por meio da Comissão de Acompanhamento de Integridade e Medidas Disciplinares.

A sistemática de governança e gestão da Agenda ESG 2030 cabe à Diretoria de Sustentabilidade, incluindo fóruns executivos e grupos multidisciplinares para a condução das iniciativas visando ao alcance das metas estabelecidas em cada via da sustentabilidade (saiba mais na página 9).

GRI 2-25 | Processos para reparar impactos negativos

Nossas concessionárias de rodovias disponibilizam Ouvidorias para o recebimento de sugestões, reclamações e elogios dos usuários, das comunidades e de outros *stakeholders* da sociedade civil. Comprometidos em ofertar um canal eficiente, ético e imparcial, divulgamos as Ouvidorias nos sites institucionais e nas redes sociais das concessões, além de produzir materiais de divulgação impressos e sinalização nas rodovias. As Ouvidorias podem ser acessadas por telefone, e-mail, site e, em alguns casos, canais físicos, como livros de registro e totens de atendimento em pontos estratégicos.

As manifestações podem ser feitas de forma anônima e são tratadas com garantia de confidencialidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018 – LGPD). O tratamento das queixas é conduzido de maneira interna, com o suporte das áreas técnicas específicas, e os usuários recebem um número de protocolo que permite o acompanhamento do andamento de sua solicitação. Os prazos para resposta são estabelecidos conforme regulamentações aplicáveis, variando entre 7 e 30 dias corridos.

O desempenho das Ouvidorias é frequentemente analisado e reportado aos gestores e à diretoria da unidade por meio de relatórios mensais ou trimestrais, nos quais são discutidos temas críticos que exigem atenção específica. Algumas concessionárias também

realizam pesquisas de satisfação para monitorar a qualidade do serviço prestado e a satisfação do usuário após o encerramento das demandas. As práticas visam não apenas à resolução eficaz dos problemas apresentados, mas também à melhoria contínua dos processos internos e dos serviços oferecidos, garantindo maior satisfação e segurança aos usuários das rodovias.

Gerencialmente, monitoramos a quantidade de manifestações recebidas e o cumprimento dos prazos de resposta. Também acompanhamos as solicitações que envolvem o ressarcimento aos usuários, relacionadas principalmente a questões de cobrança nas faixas de pagamento automático (AVI) nos pedágios.

Em 2025, recebemos 30 mil manifestações nas Ouvidorias, volume similar ao registrado em anos anteriores.

Indicadores das Ouvidorias			
	2025	2024	2023
Total de manifestações recebidas	30.061	31.386	28.888
Manifestações que exigiram reparação ¹	3.571	1.562	2.269

1. Refere-se às solicitações de ressarcimento consideradas procedentes no período.

GRI 2-26 | Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações

O Canal de Ética da EcoRodovias está disponível de forma pública a todos os interessados, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Esse mecanismo pode ser acessado pelo site www.canaldeetica.com.br/ecorodovias/, que conta com versões em português e inglês e com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, ou pelo telefone 0800 025 8841, que tem atendimento humano entre 10h e 18h e secretária eletrônica para o registro de relatos fora desse horário. O Canal de Ética é amplamente divulgado no site institucional, nas redes sociais da Companhia, em treinamentos para colaboradores e parceiros e nos canais de comunicação interna. São garantidas aos manifestantes a possibilidade de anonimato e a não retaliação, conforme preconiza o Código de Conduta da EcoRodovias.

Ao registrar seu relato, o manifestante recebe um número de protocolo de atendimento, que permite o acompanhamento das tratativas. Uma empresa terceira especializada é responsável por gerenciar o Canal de Ética e fazer a primeira triagem dos relatos, que são encaminhados para investigação da Diretoria de Riscos e Integridade caso possuam informações mínimas para averiguação dos fatos (descrição da situação, pessoas envolvidas, data e local da ocorrência e indicação de eventuais testemunhas ou provas). Cabe à Diretoria

de Riscos e Integridade conduzir as investigações por meio do levantamento de informações e documentos, da análise de fotos e vídeos, de entrevistas com as pessoas envolvidas e da elaboração de testes e pareceres técnicos. O prazo referencial de apuração é de 90 dias, podendo ser estendido se necessário para a devida apuração do relato. A Comissão de Acompanhamento de Integridade e de Medidas Disciplinares (CAIMD) delibera sobre as medidas disciplinares aplicáveis após a conclusão do relatório de apuração do relato. O Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, acompanha e monitora os relatos recebidos no Canal de Ética. Em 2025, foram encerrados 456 relatos via Canal de Ética, dos quais 61% foram considerados com dados insuficientes, fora de escopo de apuração do Departamento de Compliance ou direcionados para as áreas responsáveis para o devido tratamento. Dos 177 relatos que foram apurados por Compliance, 50 foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes. Desses, dois tratavam de discriminação, sete de assédio moral e dois de assédio sexual, todos considerados procedentes ou parcialmente procedentes. Os relatos recebidos pelo Canal de Denúncias podem ser encerrados em um ano diferente do ano de recebimento, devido à data de recebimento do relato ou à complexidade do processo de apuração. Dos 456 relatos encerrados em 2025, 387 haviam sido abertos no mesmo período e o restante (69 relatos) em 2024.

Nossos colaboradores podem tirar dúvidas ou solicitar orientações de conduta por meio do Portal de Ética, disponível na intranet da EcoRodovias, e do e-mail grupocompliance@ecorodovias.com.br. Esses canais são amplamente divulgados nos treinamentos e nos comunicados do Programa de Ética – Sistema de Integridade e gerenciados pela equipe corporativa de Compliance. Todas as manifestações são avaliadas e devidamente tratadas, com o direcionamento para outras áreas quando necessário e devolutiva ao colaborador manifestante. Eventualmente, o Canal de Ética também recebe relatos de dúvidas e consulta, que são direcionados internamente para esclarecimento.

GRI 2-27 | Conformidade com leis e regulamentos

Em 2025, a Ecovias Minas Goiás foi condenada em processo ambiental significativo. A decisão definitiva implicou no pagamento de multa no valor de R\$ 27.309,60. A premissa de caso significativo é a mesma adotada para a elaboração das seções 4.4, 4.6 e 4.7 do Formulário de Referência, uma vez que esses processos são aqueles capazes de influenciar a decisão de investimento, seja pelo potencial de impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da EcoRodovias, seja pelos riscos de imagem, jurídicos, de crédito e sistêmicos decorrentes dos casos e que podem influenciar a decisão do público investidor. São considerados casos judiciais ou administrativos com decisão definitiva no período.

GRI 2-28 | Participação em associações

As principais entidades setoriais em que participamos são a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e a Associação de Investidores em Infraestrutura Multissetorial (Moveinfra). Com protagonismo na representação do setor de infraestrutura concedida no país, essas associações contribuem para o diálogo estruturado entre empresas, agentes reguladores e poder público, favorecendo a atuação articulada e alinhada desses agentes em prol do desenvolvimento sustentável do setor e do Brasil. Nossa participação abrange a dedicação de colaboradores da EcoRodovias em cargos de liderança e nos conselhos diretivos da ABCR e da Moveinfra e o envolvimento em grupos de trabalho específicos para temas jurídicos, operacionais, regulatórios e de sustentabilidade, colaborando na troca de boas práticas e na proposição de agendas setoriais. Além disso, a EcoRodovias integra comitês técnicos da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

GRI 2-29 | Abordagem para engajamento de *stakeholders*

De maneira orgânica e descentralizada, nossos colaboradores engajam continuamente os *stakeholders* em nossa cadeia de valor por meio de reuniões, e-mails, telefonemas e participação em eventos. Essas trocas buscam a construção de relacionamentos éticos e de longo prazo, o alinhamento de expectativas e a condução de parcerias em prol dos objetivos de negócios e em linha com as expectativas da sociedade civil. Cada área estabelece mecanismos de controle e acompanhamento desses engajamentos, conforme a natureza do público engajado e os objetivos específicos de cada escuta, garantindo a efetividade das trocas de informações e a agilidade na condução das iniciativas.

De maneira estruturada, temos a aplicação de pesquisas direcionadas que podem envolver um ou mais grupos de *stakeholders* e cujos resultados são consolidados e sistematizados para a implementação de medidas de melhoria na gestão. Um exemplo dessa abordagem é o estudo de materialidade que conduzimos em 2024, envolvendo todos os grupos de *stakeholders* da EcoRodovias (saiba mais sobre esse processo na página 17).

GRI 2-30 | Acordos de negociação coletiva

Em 2025, 98,8% dos colaboradores (98,9% e 96,9%, respectivamente, em 2024 e 2023) estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho. Não estão cobertos os diretores, aprendizes e estagiários, cujos contratos preveem condições de trabalho específicas, conforme legislação aplicável.

A man with dark hair and a beard, wearing a black headset, is seated at a desk in a control room. He is looking at a computer monitor displaying a live video feed of a highway. The desk has a keyboard and a green water bottle. In the background, there are other monitors and a large wall display showing a map or aerial view of a road network. A large green speech bubble is overlaid on the left side of the image.

Materialidade

Materialidade ►

GRI 3-1 | Processo de definição de temas materiais

O Relatório Integrado 2025 foi elaborado de acordo com a Matriz de Materialidade definida em 2024. O processo conduzido naquele ano integra nossa prática periódica de avaliação dos temas materiais (o estudo anterior havia sido conduzido em 2022) e teve como impulsionador o início de nossa adequação aos novos padrões de relato do mercado, em especial as normas internacionais IFRS de Divulgação de Sustentabilidade, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Dessa forma, o estudo de 2024 incorporou de maneira estruturada as perspectivas de materialidade de impacto e materialidade financeira, possibilitando a identificação de temas que reúnem os principais impactos, riscos e oportunidades da EcoRodovias no desenvolvimento sustentável de nossos negócios.

O processo de revisão foi estruturado em quatro fases, abrangendo análises documentais e o amplo engajamento de *stakeholders* da Companhia.

Os públicos consultados nesse processo incluem agentes reguladores, associações e entidades de classe, colaboradores, comunidades, fornecedores, investidores, organizações não governamentais ou da sociedade civil, poder público, terceiros e usuários. O questionário quantitativo para consulta aos *stakeholders* foi disponibilizado on-line pelo período de um mês e amplamente divulgado nos canais institucionais e redes sociais da Companhia. Os respondentes autodeclararam seu enquadramento em um dos grupos de *stakeholders* listados acima, e a amostra de 834 respostas teve a distribuição por público conforme apresentado no gráfico. Para tabulação dos resultados, os grupos foram agrupados em colaboradores, fornecedores,

usuários e demais *stakeholders*, cada qual com 25% de peso sobre a pontuação final.

Para o engajamento qualitativo, priorizamos os grupos de agentes e investidores, após um exercício interno de priorização de públicos. Essa priorização considerou a metodologia PLU (Poder, Legitimidade e Urgência) e envolveu 20 gestores da EcoRodovias, além da análise técnica da equipe de Sustentabilidade e da consultoria responsável pela condução do estudo. Entrevistas individuais de 30 minutos foram conduzidas com quatro representantes de entidades reguladoras, sete participantes do mercado de capitais (analistas by side, sell side e de dívida) e dois membros da governança (Conselho de Administração e Comitê de Auditoria), além de uma agenda dedicada com profissionais da ASTM, acionista controlador da Companhia.

Fases do processo de materialidade

Desk review

Análise de referenciais de mercado (normas de relato, compromissos de sustentabilidade empresariais, ratings ESG), imprensa, pares de mercado (oito empresas do setor de concessões de infraestrutura e rodovias) e documentos internos (materialidade 2022, mapa estratégico, Agenda ESG 2030 e divulgações nos sites institucional e de Relações com Investidores).

Consulta a *stakeholders*

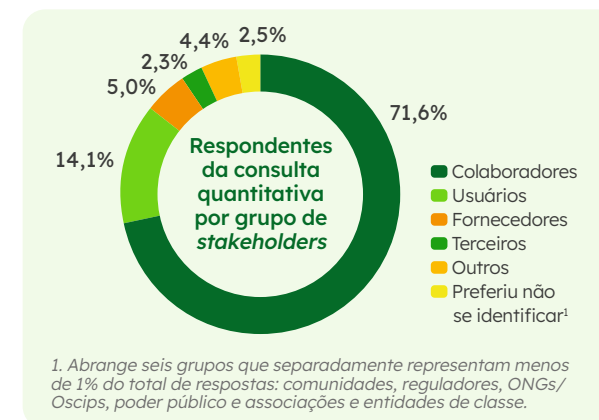
Abordagem qualitativa e quantitativa para a escuta de demandas, expectativas e percepções de nossos *stakeholders*, por meio de questionário on-line (834 respostas) e entrevistas individuais com agentes reguladores, investidores, membros da governança da Companhia e representantes do acionista controlador (14 encontros realizados).

Engajamento interno

Realização de entrevistas individuais com 13 executivos da EcoRodovias e realização de oficina com a equipe de Gestão de Riscos para integração do mapa de riscos na análise e priorização dos temas.

Consolidação dos resultados

Tabulação das análises e construção do gráfico de materialidade, abrangendo o eixo de materialidade de impacto (X), materialidade financeira (Y) e relevância do tema na perspectiva dos *stakeholders* (Z).



GRI 3-2 | Lista de temas materiais

Os temas materiais resultantes do estudo de materialidade conduzido em 2024 são:



Todas as temáticas consideradas materiais no estudo anterior mantiveram-se entre os temas atuais. Houve, ainda, a inclusão de novos temas que ganharam relevância no contexto de atuação da Companhia, especificamente aqueles relacionados à gestão de impactos ecológicos e na biodiversidade, ao gerenciamento de resíduos e ações de economia circular e à proteção de dados e segurança cibernética.

Estratégia climática

Estratégia climática ►

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema está centrado nos projetos, inovações, soluções e planos de ação focados na adaptação da infraestrutura rodoviária para manter e ampliar a resiliência de seus ativos aos impactos relacionados às mudanças climáticas. Essa gestão abrange mecanismos para identificar tendências de mudança nos padrões climáticos e os potenciais riscos para as rodovias administradas, com destaque para o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos, direcionando e precificando iniciativas de mitigação. Nesse cenário, a interlocução com o poder concedente se sobressai como demanda para a manutenção do equilíbrio financeiro dos contratos.

Outra vertente do tema material é a contribuição direta e indireta para o combate às mudanças climáticas por meio de transformações do nosso modelo de negócio e dos sistemas operacionais, visando à redução (absoluta e relativa) das emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes de suas atividades, das de seus fornecedores e de seus usuários. Isso inclui o monitoramento das emissões de escopos 1, 2 e 3 continuamente, o estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas para a redução das emissões de GEE e os investimentos em novas soluções focadas na descarbonização (por exemplo: biocombustíveis, painéis fotovoltaicos, novos pavimentos etc.). Também entra no escopo do tema a promoção do engajamento, em torno dessa temática, de acionistas, pares de mercado, associações setoriais, fornecedores, usuários e outros agentes do ecossistema de infraestrutura rodoviária.

Nossa abordagem de gestão

Nosso compromisso com a redução das emissões de GEE e a identificação de riscos e vulnerabilidades associadas às mudanças climáticas está formalizado na Política Diretrizes de Sustentabilidade, revisada em 2021. Além disso, iniciamos em 2025 a elaboração de uma política específica sobre mudanças climáticas. Na Agenda ESG 2030, estabelecemos metas de redução das emissões diretas e indiretas em sua cadeia de valor (escopos 1, 2 e 3), além de metas intermediárias (até 2026).

Nossa Estratégia Climática está sustentada em cinco eixos: Mitigação Climática; Adaptação e Resiliência; Governança Climática; Engajamento; e Desenvolvimento Socioambiental. Em 2025, finalizamos um estudo para identificar e avaliar os riscos físicos e de transição e as oportunidades no contexto de mudanças climáticas, com o apoio de uma consultoria especializada, considerando premissas e orientações do Task-Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD) e diferentes cenários climáticos.

O monitoramento dos indicadores é realizado por meio do inventário anual de emissões de gases de efeito estufa (GEE), elaborado de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Também monitoramos indicadores associados ao consumo de energia elétrica e de combustíveis na frota de veículos por meio de sistemas digitais, que abrangem a captura e o armazenamento de dados de forma automatizada em bancos de dados on-line.

No âmbito das unidades, diferentes projetos de engenharia estão em andamento em linha com a Estratégia Climática e os objetivos traçados na Agenda ESG 2030, com destaque para a eletrificação de equipamentos, a geração de energia renovável a partir da instalação de usinas solares e a substituição de combustíveis fósseis.

Corporativamente, atuamos com o objetivo de engajar nossos fornecedores diretos no esforço de mapeamento e contabilização de emissões de GEE. Adotamos um sistema com um módulo específico para mensuração de emissões de GEE, a fim de subsidiar ações conectadas à nossa estratégia climática. Em 2025, 66% dos fornecedores convidados a disponibilizarem suas informações sobre governança climática responderam ao questionário, um índice elevado de adesão, resultante de workshops e outras ações de engajamento conduzidas pela área de Suprimentos.



Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 82 a 94).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Reduzir as emissões dos escopos 1 e 2 ² em: 25% até 2026 42% até 2030 Ano-base (2020): 16,0 mil tCO ₂ e Ano-meta (2026): 12,0 mil tCO ₂ e Ano-meta (2030): 9,3 mil tCO ₂ e	As emissões de GEE dos escopos 1 e 2 totalizaram 11,9 mil tCO ₂ e (25,6% de redução em relação ao ano-base) ³	 Em progresso
Reduzir as emissões de escopo 3 ⁴ em: 6% até 2026 11% até 2030 Ano-base (2021): 630,2 mil tCO ₂ e Ano-meta (2026): 592,4 mil tCO ₂ e Ano-meta (2030): 560,9 mil tCO ₂ e	A emissões de escopo 3 totalizaram 652,0 mil tCO ₂ e (3,5% de aumento em relação ao ano-base)	 Em progresso
Instalar 112 postos de recarga elétrica ao longo das rodovias até 2026	No encerramento do ano, 116 postos haviam sido instalados em nossas concessões	 Concluída
Elaborar Plano de Adaptação relacionado aos riscos climáticos até 2026	O Plano de Adaptação Climática foi finalizado e aprovado em 2025	 Concluída

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.
2. Não abrange as emissões decorrentes de mudança do uso do solo e não inclui a Ecovias Raposo Castello.
3. Considera a neutralização do escopo 2 por meio da compra de I-RECs (certificados de energia renovável).
4. Refere-se apenas à categoria de bens e serviços comprados do escopo 3 e não inclui a Ecovias Raposo Castello.

GRI 103-1 | Políticas e compromissos relacionados a energia

Nossa Política Diretrizes de Sustentabilidade, revisada em 2021, formaliza nosso compromisso com a redução de nossa pegada energética e a priorização de fontes renováveis de energia. No âmbito da Agenda ESG 2030, definimos metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa de escopo 1 (associadas principalmente ao consumo de combustíveis em nossas operações) e para a instalação de eletropostos ao longo das rodovias (que favorecem a infraestrutura de eletrificação de veículos para acelerar a transição energética de nossos usuários). A fim de alcançar os objetivos traçados na Agenda ESG 2030, estabelecemos um plano de descarbonização que abrange diferentes projetos e ações em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Além disso, iniciamos em 2025 a elaboração de uma política específica sobre mudanças climáticas.

Nossos impactos relacionados ao tema de energia são inerentes à natureza das operações e envolvem principalmente duas frentes: o consumo de combustíveis fósseis pelos veículos operacionais (próprios e terceiros) e pelos veículos de usuários; e a demanda por eletricidade para iluminação das vias, monitoramento, sinalização e funcionamento de pedágios, unidades de atendimento aos usuários e demais instalações administrativas. Nossas ações de transição para uma matriz energética mais limpa geram impacto positivo ao fomentar a infraestrutura de mobilidade elétrica ao longo das rodovias e ao fortalecer cadeias produtivas relacionadas ao fornecimento de energia limpa e serviços de manutenção de baixa emissão.

GRI 103-2 | Consumo e autogeração de energia dentro da organização

GRI 103-5 | Redução do consumo de energia

Em 2025, o consumo de energia em nossas atividades totalizou 433,8 mil GJ, volume 1,7% maior do que no período anterior, em linha com o crescimento de nossas operações. Considerando o perfil desse consumo, destaca-se o aumento da representatividade de fontes renováveis. A eletricidade autogerada em usinas solares foi 17,9% na comparação anual, decorrente da instalação de nove usinas solares no ano, sendo sete na Ecovias Rio Minas e duas na Ecovias Araguaia. Além disso, tivemos reduções significativas do consumo de gasolina e diesel, de 51,1% e 15,1%, respectivamente, em razão dos avanços na eletrificação da frota pesada e na priorização do etanol para a frota de veículos leves. A diminuição do consumo de GLP da ordem de 8,0% reflete o menor ritmo de operações do Ecoporto no período.

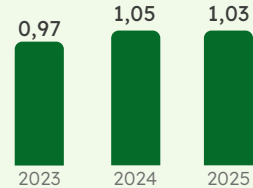
Consumo de energia (GJ) ¹			
	2025	2024	2023
Combustíveis			
Gasolina	2.191,6	4.480,4	10.959,4
Diesel	150.525,5	177.300,1	159.631,2
GLP	2.337,6	2.540,1	3.231,7
Biodiesel ²	24.193,4	na	na
Etanol ²	86.518,6	77.144,1	68.916,7
Total a partir do consumo de combustíveis ³	265.766,7	261.464,7	242.738,9
Eletricidade			
Adquirida de terceiros	157.575,2	156.290,2	136.112,9
Autogerada em usinas solares	10.468,8	8.879,0	7.614,7
Total de eletricidade consumida	168.044,0	165.169,1	143.727,6

1. Para o cálculo da energia em GJ, foram utilizados os fatores de conversão disponibilizados pelo Balanço Energético Nacional (BEN).
2. Combustíveis renováveis.
3. As parcelas do etanol na gasolina e do biodiesel no diesel foram consideradas nas respectivas linhas.

GRI 103-4 | Intensidade energética

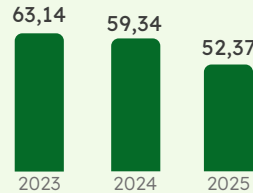
Em 2025, a intensidade energética na perspectiva operacional foi de 1,03 GJ por Volume Diário Médio Anual (VDMA) de veículos na via, 2% menor em relação a 2024. Já a intensidade energética na perspectiva financeira foi de 52,37 GJ para cada R\$ 1 milhão de receita bruta ajustada, 11,7% menor na mesma base de comparação.

Intensidade energética operacional
(GJ por VDMA)¹



1. Considera todo o consumo de energia dentro da Companhia (combustíveis + eletricidade), conforme escopo do conteúdo GRI 103-2, dividido pelo VDMA.

Intensidade energética financeira
(GJ por R\$ milhões)¹



1. Considera todo o consumo de energia dentro da Companhia (combustíveis + eletricidade), conforme escopo do conteúdo GRI 103-2, dividido pela receita bruta ajustada em R\$ milhões.

GRI 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas

Os riscos e oportunidades apresentados neste relatório foram identificados por meio de um estudo específico, conduzido em 2024. Com o apoio de uma consultoria especializada e a interlocução entre diversas áreas da EcoRodovias, nossa Matriz de Riscos Climáticos foi elaborada de maneira alinhada à Matriz de Riscos Corporativos, levando-se em conta análises de probabilidade e de quatro dimensões de impacto (econômico, reputacional, conformidade legal e socioambiental). O estudo considerou as premissas e orientações do Task-Force on Climate-Related Financial

Disclosures (TCFD) e analisou os riscos e as oportunidades em três horizontes temporais e de acordo com diferentes cenários climáticos. Para mais informações sobre esse estudo, consulte as páginas 85 e 86 do Relatório Integrado 2024 ([clique aqui](#) e acesse).

Medidas de gerenciamento dos riscos são implementadas em nossas atividades visando reduzir a magnitude de cada um deles, assim como planos de ação buscam ampliar ganhos associados às oportunidades identificadas. Neste momento, não é possível apresentar uma estimativa do efeito financeiro associado aos riscos e oportunidades climáticos, mas esperamos ter essas informações no próximo ciclo de reporte.

Plano de Adaptação Climática da EcoRodovias

Cenários Climáticos

IPCC

- **SSP1-2.6** | Ampla redução das emissões globais, alcançando a neutralidade de carbono após 2050 e um aumento da temperatura média global em 1,8°C até o fim do século 21.
- **SSP3-7.0** | Nenhuma política climática é implementada e os efeitos climáticos seguem parâmetros da linha de base.
- **SSP5-8.5** | Elevação crescente das emissões de GEE ao longo do século e baixa cooperação internacional, com elevação da temperatura média global em 1,5 °C até 2030 e 2,1 °C até 2050.

NGFS

- **NDCs** | Ampla redução das emissões globais, alcançando a neutralidade de carbono após 2050 e um aumento da temperatura média global em 1,8 °C até o fim do século 21.
- **NET Zero 2050** | Neutralização das emissões globais de GEE por volta de 2050 e limitação do aumento da temperatura média global em 1,5 °C até o fim do século 21.

Riscos e Oportunidades

4 Riscos físicos críticos

1 Risco de transição

1 Oportunidade estratégica

17 Medidas de prevenção, mitigação e resposta

GRI 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas (continuação)

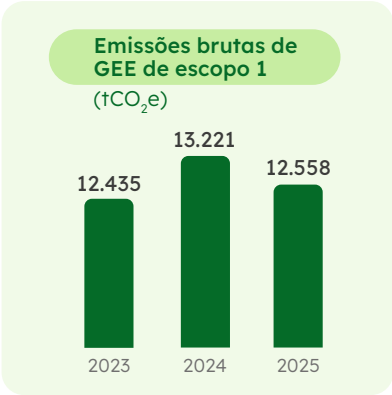
Risco	Classificação	Impacto do risco
Incêndios florestais 	Físico	Dano à infraestrutura e aos equipamentos, atraso e interrupção parcial ou total das operações, perda de biodiversidade (fauna e flora), efeitos negativos sobre a saúde de colaboradores e usuários.
Deslizamentos de terra 	Físico	Dano à infraestrutura e aos equipamentos, atraso e interrupção parcial ou total das operações, efeitos negativos sobre a saúde de colaboradores e usuários.
Inundações 	Físico	Atraso e interrupção parcial ou total das operações, efeitos negativos sobre a saúde de colaboradores e usuários.
Tempestades 	Físico	Atraso e interrupção parcial ou total das operações, efeitos negativos sobre a saúde de colaboradores e usuários.
Não conformidade com regulamentações climáticas	Transição	Reputacional, conformidade legal e econômico.

Oportunidade climática	Medidas de gerenciamento da oportunidade
Investimento em P&D e inovação para mitigação e adaptação climática	Nosso Ecossistema de Transformação, um modelo de gestão orientado à transformação digital, à eficiência operacional e organizacional e à inovação, abrange iniciativas com potencial de mitigação de emissões de nossos usuários, como pedágio eletrônico e pesagem em movimento (saiba mais na página 38)

Principais medidas de adaptação e resiliência	Risco climático associado	Tipo de medida
Adaptação dos padrões de construção		
Aumento da capacidade do sistema de drenagem		
Avaliação das encostas íngremes		
Coleta de informações de emergência		
Conservação preventiva e monitoramento		
Criação de faixas de segurança e barreiras corta-fogo		
Estabilidade do solo promovida por estruturas modernas		
Estabilização de encostas sujeitas a deslizamentos		
Manejo e manutenção da vegetação e implementação de aceiros		
Mecanismos para redução do excesso de escoamento pluvial		
Medidas extensivas de cobertura vegetal e controle de erosão		
Monitoramento de focos de incêndio		
Monitoramento e detecção precoce de anomalias de deslizamentos		
Plano de respostas a emergências		
Sinalização de trânsito de conscientização		
Sinalização e planos de evacuação		
Sistemas de previsão e gerenciamento de tráfego		

GRI 305-1 | Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)

Em 2025, nossas emissões brutas de escopo 1 totalizaram 12,6 mil tCO₂e, uma redução de 5,0% em relação ao ano anterior. Emissões brutas associadas à combustão móvel, que representam por mais de 85% do total do escopo 1, tiveram uma redução de 3,5% na mesma base de comparação, em razão dos avanços na eletrificação de veículos, com a operação de dez guinchos leves na Ecovias Ponte, e no projeto piloto para uso de biodiesel na Ecovias Noroeste Paulista.



GRI 305-2 | Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia

Nossas emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade somaram 2,0 mil tCO₂e em 2025, volume 13,5% menor do que o de 2024. Essa redução reflete o menor fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) no período, uma vez que o volume de energia elétrica adquirida permaneceu estável na mesma base de comparação.

Emissões de GEE de escopo 1 por fonte emissora (tCO ₂ e) ¹			
	2025	2024	2023
Emissões brutas de escopo 1			
Combustão estacionária	787,05	807,45	1.074,25
Combustão móvel	11.001,46	11.403,67	10.628,99
Fugitivas	414,09	412,16	482,01
Mudança de uso do solo	354,98	598,19	250,24
Total de emissões brutas de escopo 1	12.557,58	13.221,47	12.435,49
Emissões biogênicas de escopo 1			
Combustão estacionária	117,04	113,11	126,29
Combustão móvel	7.791,27	6.890,36	6.008,29
Mudança de uso do solo ²	56.340,19	276.219,83	19.394,58
Total de emissões biogênicas de escopo 1	64.248,50	283.223,31	25.529,16

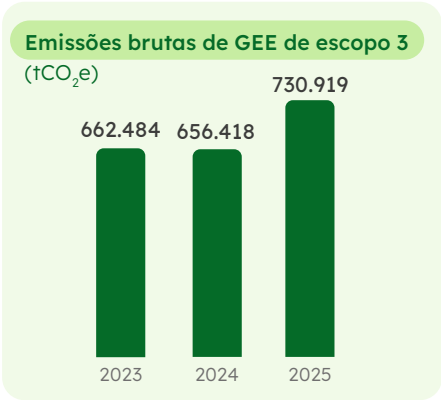
1. O inventário de GEE foi preparado com os dados do ano corrente na abordagem de consolidação de controle operacional e segue os fatores de emissão e GWP do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O escopo 1 inclui os gases CO₂, CH₄, N₂O e HFCs em tCO₂e. Para fins de meta, o ano-base considerado é 2020. As informações referentes a 2025 podem sofrer ajustes até o encerramento do ciclo do PBGHGP. Para acessar os dados finais auditados, [clique aqui](#) e consulte nosso inventário no Registro Público de Emissões.

2. A redução das emissões biogênicas está atrelada principalmente à menor supressão vegetal.



GRI 305-3 | Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)

Em 2025, nossas emissões brutas de escopo 3 totalizaram 730,9 mil tCO₂e, um aumento de 11,3% na comparação com o ano anterior. Esse aumento ocorreu devido à inclusão da Ecovias Raposo Castello e pelo maior volume de investimentos, que elevou as emissões na categoria de bens e serviços comprados.



Emissões de GEE de escopo 3 por fonte emissora (tCO ₂ e) ¹			
	2025	2024	2023
Emissões brutas de escopo 3			
Bens e serviços comprados	669.709,74	596.684,31	610.223,35
Bens de capital	38.429,71	31.593,37	30.457,62
Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas nos escopos 1 e 2	4.167,85	4.115,17	3.624,97
Resíduos gerados nas operações	16.670,60	21.997,46	16.261,56
Viagens a negócios	562,22	635,75	384,25
Deslocamento de funcionários (casa-trabalho)	1.378,93	1.394,09	1.532,33
Total de emissões brutas de escopo 3	730.919,05	656.420,15	662.484,09
Emissões biogênicas de escopo 3			
Resíduos gerados nas operações	167,88	2.580,35	1.895,27
Deslocamento de funcionários (casa-trabalho)	219,37	206,69	206,47
Total de emissões biogênicas de escopo 3	387,25	2.789,04	2.101,73

1. O inventário de GEE foi preparado com os dados do ano corrente na abordagem de consolidação de controle operacional e segue os fatores de emissão e GWP do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O escopo 3 inclui os gases CO₂, CH₄ e N₂O em tCO₂e. Para fins de meta, o ano-base considerado é 2020. As informações referentes a 2025 podem sofrer ajustes até o encerramento do ciclo do PBGHGP. Para acessar os dados finais auditados, [clique aqui](#) e consulte nosso inventário no Registro Público de Emissões.

GRI 305-4 | Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Em 2025, a intensidade de emissões de GEE na perspectiva operacional foi de 0,030 tCO₂e por Volume Diário Médio Anual (VDMA) de veículos na via, 9,8% menor em relação ao resultado de 2024. Já a intensidade de emissões de GEE na perspectiva financeira foi de 1,52 tCO₂e para cada R\$ 1 milhão de receita bruta ajustada, 17,6% menor na mesma base de comparação.



1. Considera as emissões brutas de escopo 1, conforme escopo do conteúdo GRI 305-1, divididas pelo VDMA.



1. Considera as emissões brutas de escopo 1, conforme escopo do conteúdo GRI 305-1, divididas pela receita bruta ajustada em R\$ milhões.

GRI 305-5 | Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Ao longo de 2025, quatro iniciativas destacaram-se no contexto da descarbonização de nossas operações¹:

- **Eletrificação da frota operacional**, com a entrega e início de operação de dez guinchos leves elétricos (sete adquiridos no ano anterior e três comprados em 2025). Substituindo modelos movidos a diesel, esses equipamentos evitaram a emissão de 153,37 tCO₂e no último ano e têm potencial para evitar até 231 tCO₂e por ano.
- Início do projeto piloto na Ecovias Noroeste Paulista para avaliar o uso de **biodiesel na frota pesada**. O biodiesel pode reduzir em até 90% as emissões de CO₂ quando comparado ao diesel fóssil. O estudo será realizado em quatro veículos da base de Araraquara (SP), com duração prevista de um ano. Durante os meses de teste em 2025, o projeto evitou a emissão de 76 tCO₂e.

- Instalação de nove **usinas fotovoltaicas** nas concessões Ecovias Araguaia e Ecovias Rio Minas. Apenas na Ecovias Araguaia, as usinas instaladas em 2024 e 2025 geraram 4.223,50 GJ no último ano.

- **Instalação de 20 postos de recarga** distribuídos entre as concessões Ecovias Capixaba, Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Raposo Castello, totalizando 116 postos disponíveis para os usuários dessas rodovias.

1. As iniciativas geram resultados para o escopo 1, no caso da eletrificação da frota operacional e do uso de biodiesel na frota pesada, e para o escopo 2, por meio da instalação de usinas fotovoltaicas. A contabilização de resultados dessas iniciativas incluem os gases CO₂, CH₄ e N₂O.

Biodiversidade & ecossistema

Biodiversidade & ecossistema ▶

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Os projetos, obras, intervenções e melhorias que promovemos em nossas rodovias podem impactar os ecossistemas e a biodiversidade existentes nas diferentes regiões em que atuamos. O gerenciamento desse tema abrange a identificação dos potenciais impactos e a avaliação de sua severidade e probabilidade de ocorrência.

Os potenciais impactos relacionados ao tema, se materializados, ocorrem fisicamente ao longo dos trechos administrados pelas unidades da EcoRodovias. Dessa forma, a avaliação e a consideração das características e singularidades de cada região são um aspecto destacado para a gestão do tema, em especial devido à grande extensão territorial das rodovias administradas pela Companhia e à diversidade da fauna e da flora brasileiras ao longo de seu território.

No contexto brasileiro, a interação entre as rodovias e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) é um tema de alta criticidade para o setor de infraestrutura rodoviária. A prevenção de acidentes com animais domésticos ou silvestres, em especial espécies ameaçadas de extinção, é uma das agendas prioritárias para organizações não governamentais e autarquias, demandando a estruturação de ferramentas e processos para a mensuração de ocorrências dessa natureza.

Nossa abordagem de gestão

As macrodiretrizes da EcoRodovias para a gestão dos impactos de seus negócios sobre a biodiversidade e os ecossistemas estão formalizadas na Política Diretrizes de Sustentabilidade, revisada em 2021. De maneira mais específica, o Plano para Conservação da Biodiversidade, concluído e aprovado pela Diretoria Executiva em 2025, estabelece diretrizes, projetos e metas em três eixos estratégicos:

Mitigação de atropelamento de fauna: tem como foco principal a redução de atropelamentos e o isolamento de populações, por meio da identificação de áreas críticas e da instalação de medidas mitigadoras. O escopo dessas medidas inclui, ainda, o monitoramento contínuo dos resultados, permitindo ajustes que maximizem a eficácia das intervenções a fim de proteger a fauna, promover a conectividade estrutural e funcional entre áreas naturais e garantir a segurança dos usuários.

Restauração florestal: tem como foco a recuperação de áreas degradadas nas proximidades das rodovias com o objetivo de restaurar a funcionalidade ecológica dessas paisagens, promovendo ganhos para a biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. O escopo das ações envolve a restauração florestal em áreas prioritárias, considerando principalmente a conectividade

da paisagem, o potencial de estoque de carbono e a proximidade de parceiros na cadeia da restauração.

Sensibilização ambiental: tem como foco garantir que as atividades da EcoRodovias relacionadas ao tema de biodiversidade promovam impactos socioeconômicos positivos, mitiguem impactos negativos às comunidades, fortaleçam a sociedade civil e o poder público como agentes de conservação ambiental, engajem diferentes públicos em prol da conservação da fauna e da convivência sustentável com as infraestruturas viárias e contribuam para a licença social e a visibilidade positiva da Companhia.



Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 74 a 77).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Identificar áreas críticas para a conservação da biodiversidade nas nossas operações até 2026	As áreas críticas haviam sido identificadas em 2024 com base em diagnóstico de consultoria especializada	 Concluída
Planejar e executar intervenções prioritárias de preservação (até 2030)	O Plano para Conservação da Biodiversidade, que orienta as ações prioritárias, foi finalizado e aprovado em 2025	 Em progresso
Atingir 2.600 hectares de áreas plantadas e/ou preservadas até 2030	646 hectares foram plantados ou preservados em 2025, totalizando 2.326 hectares desde 1999	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 101-1 | Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade

Nossa Agenda ESG 2030 é a principal diretriz para mitigar impactos negativos de nossas operações sobre a biodiversidade. Aprovada pelo Conselho de Administração em 2024, a Agenda ESG 2030 possui dez vias com objetivos e metas definidas para orientar nossos projetos e planos de ação, sendo uma delas a Via de Biodiversidade.

A Agenda ESG 2030 foi estruturada considerando compromissos e *frameworks* externos com os quais nos engajamos, mas não foi embasada nos Objetivos para 2050 e nas Metas para 2030 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Essa diretriz estratégica para o desenvolvimento sustentável de nossos negócios se aplica a 100% das operações, mas é particularmente significativa em relação a temáticas de biodiversidade para as concessões rodoviárias em nosso portfólio de ativos.

A Via de Biodiversidade da Agenda ESG 2030 define três metas da Companhia nesse tema (veja na página 28).

GRI 101-2 | Gestão de impactos na biodiversidade

Nas concessões rodoviárias, os impactos significativos sobre a biodiversidade estão relacionados à supressão de vegetação para implementação de obras e melhorias nas vias, ao risco de atropelamento de fauna ao longo das vias administradas e ao risco de incidentes que impactem negativamente os territórios do entorno, como vazamentos e incêndios. Norteadas pelos processos de licenciamento ambiental, nossas unidades promovem

ações para evitar ou minimizar esses impactos, como os Programas de Educação Ambiental, que conscientizam usuários, colaboradores e comunidades, e a instalação de sinalizações e passagens para a travessia segura de animais. Gerencialmente, monitoramos a quantidade e a localização de atropelamentos de fauna nas concessões.

As iniciativas de restauração abrangem os plantios compensatórios, previstos em cada licenciamento e que priorizam a formação de corredores ecológicos. Em 2025, a Ecovias Capixaba e a Ecovias Sul realizaram plantios compensatórios, enquanto a Ecovias Minas Goiás e a Ecovias Norte Minas conduziram atividades de manutenção e manejo sobre áreas plantadas em anos anteriores. As demais concessões não tiveram atividades desse tipo no período. No total, 945 hectares estão em processo de restauração, por meio do monitoramento das áreas que receberam plantios no passado. Os avanços nessa frente contam com o apoio de empresas especializadas, que asseguram a adoção das melhores práticas de plantio e manejo, e são reportados pelas concessionárias aos órgãos licenciadores, que emitem parecer de cumprimento do plantio compensatório ao final dos respectivos processos.

Após a conclusão de obras de ampliação, melhoria ou duplicação nas rodovias, as áreas utilizadas para o tráfego de maquinário e canteiro de obras são restauradas e reabilitadas. Esse processo assegura a manutenção das faixas de servidão em condições adequadas para a segurança viária e a conformidade da Companhia com os requisitos de licenciamento ambiental das obras. Ainda não dispomos de um processo corporativo para consolidar e apresentar indicadores relacionados a essas atividades de reabilitação.

Em 2025, concluímos e aprovamos no âmbito da Diretoria Executiva nosso Plano para Conservação da Biodiversidade, a partir de diagnósticos socioambientais conduzidos no biênio anterior. O Plano define diretrizes, projetos e metas em três eixos estratégicos – Mitigação de atropelamento de fauna, Restauração florestal e Sensibilização ambiental – e terá sua execução iniciada em 2026. Além de aprimorar nosso modelo de gestão ambiental, esse plano estratégico abrange o atendimento às obrigações e condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais emitidas pelos órgãos regulatórios. Nossos objetivos e metas incluem plantios compensatórios, ações de preservação e implantação de medidas mitigatórias conforme a regulamentação aplicável, priorizando áreas de alta relevância ecológica e para a biodiversidade – o que potencializa os impactos positivos dos investimentos que realizamos.

De maneira sinérgica a outras Vias da Sustentabilidade em nossa Agenda ESG 2030, o Plano tem potencial para contribuir positivamente para a mitigação e adaptação climáticas, considerando medidas baseadas na natureza, para o engajamento com as comunidades locais, priorizando ações de proteção da biodiversidade e desenvolvimento local em pontos estratégicos, e para o impulsionamento de boas práticas ESG em nossa cadeia de fornecedores, direcionando iniciativas para os parceiros em atividades com maior potencial de impacto negativo na biodiversidade, como os de materiais de obra e serviços de engenharia.

GRI 101-4 | Identificação de impactos na biodiversidade

Em 2024, conduzimos um diagnóstico nas 11 concessões rodoviárias administradas pela Companhia naquele ano¹. Esse processo permitiu identificar pontos críticos ao longo dessas rodovias para a mitigação de impactos negativos sobre a biodiversidade. Com base na metodologia desse estudo, o entendimento é de que o nosso modelo de negócio em concessão rodoviária tem potencial impacto significativo relacionado à supressão vegetal, ao

atropelamento de fauna e a incidentes como vazamentos e incêndios, incluindo a Ecovias Raposo Castello, adquirida posteriormente ao estudo; por isso, as atuais 12 concessões rodoviárias em nosso portfólio são cobertas pelas metas da Via de Biodiversidade da Agenda ESG 2030 e pelas medidas de gestão nesse tema.

Em relação à nossa cadeia de suprimentos, construímos, com o apoio de áreas especialistas da Companhia, uma matriz de criticidade ESG, cujos critérios em

temáticas-chave de sustentabilidade incluem um item específico de biodiversidade. Nessa primeira análise, os fornecedores de materiais pétreos (pedras, brita, areia, argila e saibro), serviços e materiais de obra e serviços de engenharia foram classificados com nota máxima em criticidade para temas de biodiversidade. Essa matriz de criticidade integra os esforços da Via de Compras Sustentáveis de nossa Agenda ESG 2030 (saiba mais na página 63).

1. Em 2024, durante a condução do estudo, a Ecovias Raposo Castello ainda não fazia parte do portfólio da EcoRodovias.

GRI 101-5 | Locais com impactos na biodiversidade

Unidade	Localização	Tamanho da área de concessão (hectares) ¹	Áreas de alto valor para a biodiversidade impactadas diretamente ²	Áreas de alto valor social impactadas diretamente ²	Áreas de alto valor social ou para a biodiversidade impactadas indiretamente ³
Ecovias Araguaia ⁴	Goiás e Tocantins	6.827,77	Não há	Não há	Parques Estaduais da Serra de Jaraguá e da Serra dos Pirineus
Ecovias Capixaba	Espírito Santo e Bahia	3.490,00	Reserva Biológica de Sooretama, Floresta Nacional de Goytacazes e Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Manguezal Cariacica	Terras Quilombolas Angelim Disa, Palmito e São Domingos; e Sítios Arqueológicos Belém, Bom Jesus, Braço do Rio, Frecheiras, Graciosa, Matiuzzi, Monitura e Rio Preto	Áreas de Proteção Ambiental (APAs) da Lagoa Guanandy, do Maciço Central, Goiapaba-Açu, Guanandy, Monte Urubu, Praia Mole e Sepetiba (Parque Estadual Paulo César Vinha); APA Estadual Mestre Álvaro; APAs Municipais da Lagoa Jacunê, do Monte Mochuara e do Morro do Vilante; Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Morro da Vargem; Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão; Floresta Nacional de Rio Preto; Monumentos Naturais do Itabira, e Frade e a Freira; Monumento Natural Estadual Serra das Torres; Monumento Natural Municipal Morro do Penedo; Parque Estadual da Fonte Grande; Parques Naturais Municipais de Tabuazeiro, do Aricanga Waldemar Devens, do Manguezal de Itanguá, Dom Luiz Gonzaga Fernandes, Gruta da Onça, Monte Mochuara, Morro da Manteigueira, Pedra dos Olhos, Rota das Garças e Vale do Mulembá; Reserva Biológica de Duas Bocas; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Papagaio; e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Fazenda Sayonara, Mata do Macuco e Recanto das Antas
Ecovias Cerrado	Minas Gerais e Goiás	3.496,00	Refúgio da Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata	Não há	Parque Natural Municipal Mata do Açude
Ecovias Imigrantes	São Paulo	2.134,00	Parques Estaduais da Serra do Mar e das Fontes do Ipiranga	Não há	APA Marinha Litoral Centro; Parques Estaduais Águas da Billings e Xixová Japuí; e RPPNs Carbocloro S/A e Sítio Curucutu

1. Considera as bases, unidades de atendimento aos usuários, praças de pedágio e toda a extensão das rodovias e áreas de domínio.
2. Referem-se às unidades de conservação reconhecidas pela legislação brasileira ou por entidades internacionais com alto valor para a sociobiodiversidade que são cruzadas diretamente pelas rodovias.
3. Referem-se às unidades de conservação reconhecidas pela legislação brasileira ou por entidades internacionais com alto valor para a sociobiodiversidade que não são cruzadas diretamente pelas rodovias, mas encontram-se a até 10 quilômetros de distância das áreas administradas pelas concessões. As informações não contemplam territórios quilombolas ou indígenas impactados indiretamente.
4. As concessões Ecovias Araguaia, Ecovias Ponte e Ecovias Rio Minas estão sendo reapresentadas por correção nos dados. No relatório anterior, as áreas de concessão informadas eram de 6.870,06 hectares (Ecovias Araguaia), 55,93 hectares (Ecovias Ponte) e 5.373,96 hectares (Ecovias Rio Minas).

GRI 101-5 | Locais com impactos na biodiversidade (continuação)

Unidade	Localização	Tamanho da área de concessão (hectares) ¹	Áreas de alto valor para a biodiversidade impactadas diretamente ²	Áreas de alto valor social impactadas diretamente ²	Áreas de alto valor social ou para a biodiversidade impactadas indiretamente ³
Ecovias Leste Paulista	São Paulo	1.078,42	APAs Bacia do Paraíba do Sul e Várzea do Rio Tietê	Não há	APA Banhado
Ecovias Minas Goiás	Minas Gerais e Goiás	3.492,80	Não há	Não há	APA Estadual do Rio Uberaba; Parque Estadual Pau Furado; Parque Natural Municipal do Sabiá; e RPPNs Fazenda Pindorama, Linda Serra dos Topázios e Reserva Ecológica do Panga
Ecovias Noroeste Paulista ⁵	São Paulo	4.700,00	Não há	Não há	APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá (CBT); Estação Ecológica do Noroeste Paulista; Floresta Estadual do Noroeste Paulista; Parques Naturais Municipais do Basalto e da Grota de Mirassol; e RPPNs Nardini Sempre Verde e Trilhas do Cerrado
Ecovias Norte Minas	Minas Gerais	2.289,00	Não há	Sítio Arqueológico Açude da Central	Floresta Nacional de Paraopeba; Monumento Natural Estadual Peter Lund; Parques Estaduais da Lapa Grande e da Serra do Cabral (Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço); e RPPNs Gentio e Vila Amanda
Ecovias Ponte ⁴	Rio de Janeiro	70,16	Não há	Não há	APAs Morros da Guanabara (Simapa), de Santa Teresa e do Morro do Gragoatá; Parque Natural Municipal de Niterói (Parnit); e Parque Natural Municipal da Água Escondida
Ecovias Rio Minas ⁴	Rio de Janeiro e Minas Gerais	5.533,84	APAs de Pedra de Amolar, do Rio Guandu, Petrópolis e Surui; Floresta Nacional Mario Xavier; Parque Estadual dos Três Picos; e Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Não há	Não há
Ecovias Sul	Rio Grande do Sul	557,54	APA da Lagoa Verde	Não há	Não há
Ecovias Raposo Castello	São Paulo	845,88	APA Várzea do Rio Tietê	Não há	APAs Cabreúva, Cajamar e Itupararanga; Parque Estadual do Jaraguá; Parque Natural Municipal de São Roque; e RPPNs Mutinga, Sítio Pithon, Voturana, Voturana II, Voturana V e Voturussu

1. Considera as bases, unidades de atendimento aos usuários, praças de pedágio e toda a extensão das rodovias e áreas de domínio.

2. Referem-se às unidades de conservação reconhecidas pela legislação brasileira ou por entidades internacionais com alto valor para a sociobiodiversidade que são cruzadas diretamente pelas rodovias.

3. Referem-se às unidades de conservação reconhecidas pela legislação brasileira ou por entidades internacionais com alto valor para a sociobiodiversidade que não são cruzadas diretamente pelas rodovias, mas encontram-se a até 10 quilômetros de distância das áreas administradas pelas concessões. As informações não contemplam territórios quilombolas ou indígenas impactados indiretamente.

4. As concessões Ecovias Araguaia, Ecovias Ponte e Ecovias Rio Minas estão sendo reapresentadas por correção nos dados. No relatório anterior, as áreas de concessão informadas eram de 6.870,06 hectares (Ecovias Araguaia), 55,93 hectares (Ecovias Ponte) e 5.373,96 hectares (Ecovias Rio Minas).

5. A Ecovias Noroeste Paulista teve o tamanho da área de concessão atualizado devido à inclusão de um novo trecho.



**Economia
circular**

Economia circular ▶

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Com um alto volume de obras e manutenções a serem realizadas nos ativos, o modelo da EcoRodovias provoca elevada geração de resíduos. O tema enfoca as iniciativas e soluções da Companhia para direcionar os resíduos sólidos a destinações ambientalmente adequadas, em especial a reutilização nos processos ou em outras cadeias produtivas, com foco na redução do potencial impacto ambiental.

No âmbito desse tema, estão cobertos aspectos como a estruturação de métricas e a utilização de ferramentas e sistemas para identificar os tipos de resíduo gerado em nossas atividades, mensurar os volumes destinados e segregar os diferentes métodos de destinação, assegurando a conformidade com a legislação ambiental. Engloba-se, ainda, o estabelecimento de mecanismos que possibilitem a gestão sobre resíduos e a materialização do conceito de economia circular de forma ampliada para a cadeia de valor, promovendo o engajamento e o controle dos processos de fornecedores que atuam na execução de obras e projetos de engenharia.

Nossa abordagem de gestão

Nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) determina diretrizes, métodos, rotinas e controles para o tema. Consolidado em 2024, o PGRS tem o objetivo de potencializar a economia circular e de reduzir ao máximo a destinação de resíduos para aterros. Cada unidade é responsável pela operacionalização dos processos e controles, assim como pelo acompanhamento dos fornecedores responsáveis pela destinação dos resíduos gerados.

O principal resíduo gerado em nossas operações é o pavimento asfáltico recuperado (RAP, na sigla em inglês, também conhecido como fresado). Atualmente, reutilizamos a maior parte do RAP gerado, evitando o consumo de novas matérias-primas e estendendo a vida útil desse material. Outra prática de destaque é o sistema Aterro Zero, que foi consolidado ao longo de 2025 na Ecovias Leste Paulista, no Ecoporto e no Ecopátio. Esse sistema permite direcionar resíduos não recicláveis para que sejam incorporados nos fornos de cimento, como combustível derivado de resíduos urbanos (CDRU).



Para saber mais
sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 78 a 81).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Atingir 95% dos resíduos reutilizados ou reciclados até 2026 e 2030	95% dos resíduos reutilizados ou encaminhados para reciclagem	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 306-1 | Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) determina, por meio de uma matriz de criticidade, as principais fontes geradoras de resíduos em nossas operações. A mais significativa delas é a manutenção e conservação das vias. Em volume, o pavimento asfáltico recuperado (RAP, na sigla em inglês, também conhecido como fresado), obtido nas intervenções de recapeamento, foi responsável em 2025 por 93% do total de resíduos destinados pela Companhia. Também são relevantes as manutenções prediais e de equipamentos, as obras civis, as atividades administrativas e os refeitórios.

Em relação à nossa cadeia de suprimentos, construímos, com o apoio de áreas especialistas, uma matriz de criticidade ESG, cujos critérios em temáticas-chave de sustentabilidade incluem um item específico de geração de resíduos. Nessa primeira análise, os fornecedores de baterias/acumuladores de energia, serviços e materiais para execução de obras em geral, serviços de coleta e destinação de resíduos e serviços especializados de engenharia civil foram classificados com nota máxima em criticidade para o tema de resíduos. Essa matriz integra os esforços da Via de Compras Sustentáveis de nossa Agenda ESG 2030 (saiba mais na página 63).

GRI 306-2 | Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos

Nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) consolida as estratégias para minimizar a geração de resíduos, priorizar destinações nobres (reutilização, reciclagem etc.) e promover a economia circular. Essa abordagem de gestão assegura a conformidade legal das operações nesse tema e é norteadada pela Via de Economia Circular da Agenda ESG 2030, que define como meta alcançarmos 95% dos resíduos reutilizados ou reciclados até 2026 e a manutenção desse patamar até 2030.

Nas unidades, as equipes atuam em iniciativas que visam reduzir a geração de resíduos e conduzem as rotinas de identificação, triagem, coleta e armazenamento dos resíduos gerados em linha com os requisitos legais aplicáveis a cada operação, como a Norma ABNT no 10.004, a Resolução do Conama no 307/2002 e as Resoluções da Anvisa RDC 222/2018 (no caso de resíduos de serviço de saúde) e RDC 661/2022 (para o Ecoporto). Os resíduos são periodicamente coletados, transportados e destinados por empresas terceirizadas, credenciadas e licenciadas para tais atividades. Avaliamos a qualidade e a conformidade desses parceiros no momento da contratação e monitoramos continuamente as documentações de destinação dos resíduos que

geramos, por meio dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs) e dos Certificados de Destinação Final (CDFs). Em 2025, iniciamos a implementação de uma plataforma digital para o gerenciamento das rotinas relacionadas a resíduos, que realiza integração com os órgãos ambientais para padronizar e simplificar a emissão de documentos e proporciona *dashboards* para acompanhamento das métricas de geração e tratamento de resíduos das operações.

Outro avanço ao longo do ano foi a consolidação do sistema Aterro Zero na Ecovias Leste, no Ecoporto e no Ecopátio. Desenvolvido em parceria com um fornecedor especializado, esse modelo permite eliminar o envio de resíduos para aterros sanitários. Em substituição, eles passaram a ser encaminhados para tratamento e convertidos em combustível derivado de resíduos urbanos (CDRU). Essa técnica possibilita a transformação de resíduos não recicláveis em um insumo para a produção de cimento. Os benefícios são ampliados, pois, além de evitar a disposição final, a conversão em CDRU substitui o coque (subproduto do petróleo) nos fornos de cimento. Nossa expectativa é ampliar o sistema para as demais unidades nos próximos anos.

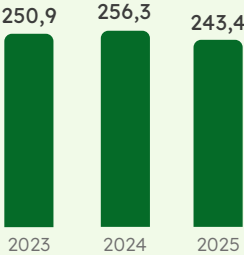
GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final

Em 2025, encaminhamos 243,4 mil toneladas de resíduos para métodos que permitem o reaproveitamento ou a reciclagem desses materiais. Esse volume representa 94,4% do total destinado no ano, considerando todos os tipos de destinação, e foi 5,0% menor em comparação com 2024. Em relação aos métodos de disposição, destaca-se a preparação para reutilização, que contabiliza principalmente o material fresado reaproveitado em obras nas vias ou doado para utilização externa, que registrou diminuição de 5,9% devido à redução na quantidade de obras de pavimentação no último ano.

Resíduos desviados de disposição final por método de disposição (toneladas) ¹									
	2025			2024			2023		
	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total
Preparação para reutilização	0,00	238.806,93	238.806,93	0,00	253.674,42	253.674,42	0,00	249.534,68	249.534,68
Reciclagem	20,00	4.491,81	4.511,81	14,43	2.556,67	2.571,10	6,79	1.332,71	1.339,50
Outros	23,23	80,88	104,10	29,01	14,35	43,36	0,00	0,00	0,00
Total	43,23	243.379,61	243.422,84	43,44	256.245,45	256.288,89	6,79	250.867,39	250.874,18

1. Todos os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente homologadas. Monitoramos a destinação por meio dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs) e dos Certificados de Destinação Final (CDF).

Resíduos desviados de disposição final (mil toneladas)



GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final

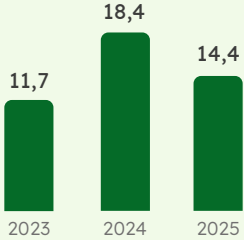
Em 2025, destinamos 14,4 mil toneladas de resíduos por métodos de disposição final, volume 21,6% menor do que em 2024. A destinação para aterro é o método mais significativo desse grupo, tendo sido responsável por 73,4% do total no último ano, e registrou redução de 25,1% na mesma base de comparação. Esse desempenho é reflexo da implementação de iniciativas como o Aterro Zero na Ecovias Leste Paulista, no Ecoporto e no Ecopátio.

Resíduos destinados para disposição final por método de disposição (toneladas) ¹									
	2025			2024 ²			2023		
	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total	Perigosos	Não perigosos	Total
Recuperação energética	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,51	0,00	19,51
Incineração sem recuperação energética	7,00	0,00	7,00	6,50	0,00	0,00	4,97	0,00	4,97
Aterro	18,28	10.584,73	10.603,01	11,09	14.154,36	14.165,45	31,85	11.474,70	11.506,55
Outros	452,44	3.385,52	3.837,96	54,72	4.202,85	4.257,57	20,03	151,97	172,00
Total	477,72	13.970,24	14.447,96	72,31	18.357,21	18.423,02	76,36	11.626,67	11.703,03

1. Todos os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente homologadas. Monitoramos a destinação por meio dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs) e dos Certificados de Destinação Final (CDF).

2. Em 2024, iniciamos o monitoramento da disposição de resíduos sólidos provenientes do tratamento de efluentes e, por isso, há aumento significativo na categoria “Outros”.

Resíduos destinados para disposição final (mil toneladas)



Ecovias Minas
Goiás

Segurança

Segurança ►

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

A redução de acidentes nas rodovias administradas é o principal impacto positivo do modelo de negócio da EcoRodovias. No contexto brasileiro, o programa de concessões da infraestrutura rodoviária prevê, como contrapartida, a realização de investimentos para melhoria das condições de segurança e de fluidez no tráfego, permitindo a cobrança de tarifas de pedágio, a principal fonte de receita para a Companhia e seus pares de mercado.

A segurança viária é o aspecto central deste tema, a ser gerenciado por meio de políticas, processos e ferramentas de monitoramento. A EcoRodovias deve proporcionar aos *stakeholders* dados tangíveis que evidenciem a relação de causa-efeito entre os investimentos realizados em seus ativos e a diminuição no número de acidentes de trânsito. A governança do tema tem, como desafio, a influência de aspectos não gerenciáveis que contribuem para a manutenção de índices elevados de acidentes e fatalidades nas rodovias – desrespeito às leis de trânsito, embriaguez

de motoristas, má qualidade da manutenção em veículos etc. Assim, espera-se que a Companhia atue na promoção da cultura de segurança no trânsito, por meio de campanhas educativas e outras ações de conscientização dos usuários.

O tema também abrange a gestão da EcoRodovias para minimizar riscos e evitar acidentes ocupacionais em suas atividades. Os processos e as ferramentas de controle sobre esse aspecto devem considerar os impactos para os colaboradores diretos da Companhia e para os terceiros envolvidos nas atividades operacionais e administrativas das unidades. Além dos programas para fortalecer a cultura de segurança, a divulgação de projetos e planos de ação voltados para o aumento da segurança ocupacional pode destacar iniciativas relacionadas à inovação e à utilização de tecnologias digitais para transformar processos e mitigar riscos operacionais, em atividades de intervenção nas rodovias e praças de pedágio, por exemplo.

Nossa abordagem de gestão

A segurança é um valor inegociável para a nossa Companhia. A gestão do tema está dividida em duas frentes principais: a de segurança viária e a de segurança do trabalho.

Na frente de segurança viária, as diretrizes de gestão estão formalizadas na Instrução Normativa 2024/039, que estabelece a criação do grupo corporativo Núcleo de Segurança Rodoviária (NSR) e as diretrizes para que as unidades construam seus Programas de Redução de Acidentes (PRA). As unidades também são certificadas conforme a norma ISO 39001 (Sistema de Gestão de Segurança Viária), atendendo a requisitos internacionais de gestão.

O monitoramento de indicadores de segurança viária é realizado no âmbito de grupos multidisciplinares das concessionárias para acompanhamento da eficácia dos PRAs e medidas para a redução de acidentes. Corporativamente, o NSR consolida boas práticas e indicadores de todas as unidades, centraliza informações e prepara ferramentas de reporte e prestação de contas para a administração. Além disso, esses grupos realizam reuniões gerenciais de trabalho focadas em melhorias contínuas e aprimoramento dos padrões de registro e monitoramento dos acidentes.

Também implementamos mecanismos para incentivar a inovação direcionada para a promoção da segurança viária. O mapeamento de projetos de inovação e novas tecnologias é considerado, no modelo de governança da Companhia, uma alavanca para a melhoria de desempenho no tema principalmente em concessões maduras, nas quais o investimento primário em obras, conservação da infraestrutura, melhoria de sinalização e outras benfeitorias é insuficiente para a redução significativa dos índices de acidente.

Nossa meta neste tema está alinhada aos parâmetros estipulados pelo movimento Década de Ação para Segurança Rodoviária 2021-2030, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o objetivo de potencializar impactos positivos, abranger novos tipos de risco significativo ou adequar nossa estratégia às externalidades e às reconfigurações do portfólio de concessões, as metas da Agenda ESG 2030 podem ser revisadas e ajustadas. Em 2025, isso ocorreu para nossa meta de segurança viária. A forma de cálculo da meta de redução de acidentes fatais nas rodovias foi alterada

a fim de considerar os diferentes prazos de concessão de cada unidade de negócio. Mantivemos o mesmo fator para projetar as metas de redução anuais, ponderado pelo início do contrato das unidades mais recentes. Esse ajuste possibilita uma avaliação mais precisa do desempenho em cada concessionária administrada.

Na frente de segurança do trabalho, as principais diretrizes de gestão estão descritas na Política Diretrizes de Sustentabilidade (IN 2021/025). Desde 2024, conduzimos o Programa Segurança Sempre, um plano estratégico para transformar a cultura corporativa e impulsionar patamares mais elevados de gestão dos riscos ocupacionais. Com esse programa, buscamos fortalecer a cultura de segurança e os procedimentos para identificar e gerenciar riscos ocupacionais. Assim, os investimentos estão direcionados para a capacitação de lideranças, a criação de novos procedimentos e sistemas para controle de indicadores (incluindo aspectos de saúde do trabalho) e o mapeamento de projetos para melhoria de desempenho.



Para saber mais
sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 45 a 51).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Redução de 50% nos acidentes fatais de trânsito (Década de Ação da ONU para Segurança Rodoviária 2021-2030) Ano-base (2021): 1,41 Ano-meta (2030): 1,12 ²	O índice de acidentes com óbito foi de 1,82 (29% de aumento em relação ao ano-base)	 Em progresso
Redução da taxa de lesões não fatais para colaboradores em: 20% até 2026 50% até 2030 Ano-base (2021): 12,00 Ano-meta (2026): 9,60 Ano-meta (2030): 6,00	A taxa de lesões não fatais para colaboradores foi de 8,86 (26% de redução em relação ao ano-base)	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.
2. As unidades maduras têm meta de redução em 50%, as novas unidades (entrantes após 2021) têm metas de redução proporcionais ao tempo de operação até 2030.

GRI 403-1 | Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

Contamos com um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho (SST), implementado de forma estruturada e orientada pela norma ISO 45001, visando à melhoria contínua de gestão e desempenho no tema. Esse sistema abrange 100% de nossas operações, envolvendo todos os colaboradores e terceiros das unidades operacionais, dos escritórios e das estruturas de apoio na promoção de um ambiente de trabalho seguro, de maneira alinhada ao Princípio da Prevenção. Os processos direcionados para a prevenção de riscos, qualificação dos profissionais e hierarquia de controles também asseguram nossa conformidade com a legislação brasileira e as normas regulamentadoras aplicáveis ao contexto de SST. Em 2025, a Ecovias Noroeste Paulista concluiu seu processo de certificação na norma ISO 45001. Com isso, 12 unidades da Companhia são certificadas nessa norma, e apenas o Ecopátio e a Ecovias Raposo Castello não possuem essa certificação.

GRI 403-2 | Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Nosso sistema de gestão de SST abrange processos para a identificação de periculosidade e a avaliação de riscos de forma contínua, por meio de inspeções regulares, aplicação de matriz de risco e análise de atividades operacionais (de rotina e não rotineiras). Esses processos são conduzidos por profissionais da área de Saúde e Segurança do Trabalho, que observam as condições de trabalho para identificar perigos potenciais e aplicam a hierarquia de controles para eliminar ou minimizar os riscos. Todas as atividades são realizadas mediante Ordens de Serviço, que incluem a identificação dos riscos associados à tarefa, e a utilização dos equipamentos de proteção coletivos e individuais adequados, conforme requisitos legais. Para atividades não rotineiras, conduzimos uma Análise Preliminar de Riscos (APR) específica antes de sua execução.

Os trabalhadores (colaboradores e terceiros) são incentivados a comunicar condições de perigo às suas lideranças, e também recebemos relatos dessa natureza por meio do Canal de Ética (saiba mais sobre o Canal na página 14). Em linha com nossas políticas e instrumentos normativos, reforçamos o espaço aberto para que os profissionais relatem preocupações dessa natureza, garantindo que não haja represália e que as medidas de proteção ou melhoria necessárias sejam trabalhadas com o objetivo de assegurar as condições seguras e adequadas para as atividades. Em 2025,

mereceu destaque nesse contexto o Programa Motivação Progressiva, desenvolvido dentro do Segurança Sempre. A iniciativa consiste na utilização de quatro ferramentas que incentivam e valorizam o comportamento seguro – Regras pela Vida; Dever de Recusa; Reconhecimento; e Gestão de Consequência. Para mais informações sobre o Programa Segurança Sempre, consulte a página 46 do nosso Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

O procedimento de investigação de acidentes está formalizado entre os normativos do sistema de gestão de SST. O documento estabelece a comunicação imediata de qualquer incidente à liderança da área ou à equipe de Segurança para registro inicial da data, hora, local e contexto da ocorrência. A partir desse registro, formamos uma equipe de investigação multidisciplinar, composta de representantes da Segurança, gestores e representantes das demais áreas. Esse time realiza entrevistas com os envolvidos e as testemunhas, revisa documentações relacionadas à atividade (como registros de permissão de trabalho, treinamento e manutenção) e emprega metodologias como o Diagrama de Ishikawa e os 5 Porquês para a análise de causas. As recomendações de ações corretivas e preventivas, assim como as informações detalhadas do incidente, são consolidadas em um relatório, documento que garante a conformidade com os requisitos legais e normativos de SST. As ações corretivas são atribuídas a responsáveis para implementação e acompanhadas conforme os prazos estabelecidos para assegurar sua execução e eficácia.

GRI 403-3 | Serviços de saúde do trabalho

Nossos colaboradores passam por exames médicos ocupacionais de forma periódica e nos momentos de admissão, retorno após licença e desligamento. Esses exames podem ser realizados em clínicas credenciadas ou no ambulatório próprio da Companhia, locais que fiscalizamos de maneira sistemática por meio de auditorias e do sistema de contratos. Os prontuários são arquivados e só podem ser acessados por profissionais médicos, em conformidade com a política de sigilo médico e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Exames complementares podem ser recomendados para realização pelos colaboradores visando à promoção da saúde e à prevenção de doenças, conforme orientação do médico do trabalho.

Em relação aos terceiros, nosso controle é documental. Exigimos das contratadas a manutenção do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e a disponibilização de Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) dos trabalhadores alocados em nossas operações. As documentações relacionadas a essas exigências são inseridas em uma plataforma digital e verificadas por nossas equipes visando à conformidade legal.

GRI 403-4 | Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

Os trabalhadores (colaboradores e terceiros) participam ativamente do desenvolvimento e da melhoria do sistema de gestão de SST por meio de diferentes mecanismos de consulta e comunicação. As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPAs) são o principal canal de consulta aos colaboradores. Outras formas relevantes de engajamento desses profissionais e dos terceiros são as reuniões periódicas entre equipes e lideranças para a discussão de temas de saúde e segurança, a aplicação de pesquisas de opinião, os Diálogos Diários de Segurança (DDS) e as divulgações nos canais de comunicação interna (e-mails, grupos de WhatsApp e Fale com a CIPA). Os trabalhadores também podem integrar os grupos de trabalho de segurança das unidades, que se reúnem mensalmente para o acompanhamento dos programas de segurança, das investigações de acidentes, dos indicadores de SST e das revisões e atualizações de políticas. Corporativamente, contamos com o Grupo de Trabalho de Segurança, com reuniões mensais dos diretores das unidades e de áreas relevantes para assuntos de segurança, e a Comissão de Segurança, que delibera sobre temas estratégicos em reuniões trimestrais envolvendo a Diretoria Executiva da EcoRodovias.

No âmbito do Programa Segurança Sempre, as Arenas de Transformação são um dos principais instrumentos para a estruturação de novas ferramentas, rotinas e sistemas de engajamento e aculturação das lideranças, equipes e terceiros. Cada Arena possui um líder responsável e grupos de trabalho para a evolução contínua dos

nossos instrumentos. Em 2025, criamos duas Arenas (Benchmarking e Saúde Mental) para avaliar e tratar novos desafios mapeados em nosso modelo de negócio. Para mais informações sobre o Programa Segurança Sempre, consulte a página 46 do nosso Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 403-5 | Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho

Contamos com uma matriz de treinamentos em saúde e segurança, que assegura a adequada capacitação de nossos trabalhadores para a realização de suas atividades. Antes de iniciarem sua atuação na Companhia, os colaboradores passam por um processo de integração, que inclui a apresentação detalhada do sistema de gestão de SST, e por treinamentos nas normas regulamentadoras e nos procedimentos da EcoRodovias, conforme aplicável a cada função. As capacitações são renovadas periodicamente e abrangem aspectos como normas de segurança, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), primeiros socorros e respostas a emergências.

Exigimos contratualmente das contratadas a conformidade com as normas de segurança regulatórias ou estabelecidas pela Companhia, o que inclui treinamentos prévios ao início das atividades. O cumprimento dessas cláusulas é verificado por meio de análise documental, com a apresentação de certificados e atestados por parte das contratadas via sistema para avaliação e aprovação. Por meio de auditorias e inspeções regulares nos locais em que os terceiros atuam, nossas equipes de SST verificam *in loco* a aderência aos protocolos e requisitos estabelecidos, atuando com medidas corretivas e orientações sempre que necessário.

GRI 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios

Promovemos a conscientização de usuários, parceiros, pares de mercado e outros agentes da cadeia de valor da EcoRodovias em temas de saúde e segurança do trabalho por meio do envolvimento em iniciativas setoriais e da troca de boas práticas. De maneira sinérgica à segurança de nossos trabalhadores, nossos esforços em segurança viária envolvem os usuários em prol de um ambiente seguro para quem trabalha e quem passa pelas nossas rodovias. Nesse contexto, um dos destaques em 2025 foi a criação do nosso selo “Vá Seguro!”, iniciativa que unifica, em todas as nossas concessões, as campanhas, mensagens em banners e painéis, ações institucionais sobre o tema e todos os outros mecanismos de engajamento e sensibilização dos usuários. O projeto enfatiza nosso compromisso com a segurança viária e contribui para evitar comportamentos de risco, como excesso de velocidade, uso de celular e embriaguez ao volante, ultrapassagens em locais proibidos, travessias em locais não permitidos, ausência do cinto de segurança e outros exemplos de infrações e atitudes inseguras.

GRI 403-8 | Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de SST ¹				
	2025		2024	
	Colaboradores	Terceiros	Colaboradores	Terceiros
Total ²				
Número de trabalhadores cobertos pelo sistema de SST	5.779	16.168	5.457	13.232
Percentual de trabalhadores cobertos pelo sistema de SST	100,0%	100,0%	100,0%	100,00%
Com certificação ISO 45001 ³				
Número de trabalhadores cobertos pelo sistema de SST com certificado ISO 45001	4.434	15.656	4.220	12.189
Percentual de trabalhadores cobertos pelo sistema de SST com certificado ISO 45001	76,7%	96,8%	77,3%	92,1%

1. Os dados consideram o quadro funcional em 31/12 e os terceiros em novembro, incluindo subcontratados.
2. Refere-se a todas as operações da Companhia, nas quais possuímos o sistema de gestão de saúde e segurança implementado e auditado internamente de forma periódica.
3. Refere-se às 12 unidades em que o sistema de gestão de saúde e segurança é submetido periodicamente a auditorias externas no contexto da certificação na norma ISO 45001.

GRI 403-9 | Acidentes de trabalho

Em 2025, alcançamos avanços significativos nos indicadores relacionados a acidentes com terceiros, como as reduções de 4,7% e 28,7%, respectivamente, no número de acidentes com afastamento e na quantidade de dias perdidos. No entanto, registramos piora nas taxas de frequência de acidentes registráveis e de gravidade entre os colaboradores devido ao aumento das ocorrências sem afastamento, com tratamento médico, e à ocorrência de um acidente fatal envolvendo colaborador, o que aumentou

a quantidade de dias perdidos ou debitados. No período, tivemos cinco fatalidades em nossas operações. No âmbito do Programa Segurança Sempre, atuamos continuamente a fim de mitigar riscos e evitar acidentes, e identificamos uma evolução de maturidade da cultura corporativa pela consistente diminuição dos acidentes com afastamento e lesões mais graves. Ainda assim, é um desafio constante na gestão evoluirmos também na redução dos acidentes de menor gravidade, como aqueles que não geram afastamento do trabalhador.

Todos os incidentes foram investigados conforme procedimento interno (saiba mais na página 39). Temos implementado melhorias de gestão para prevenir recorrências e fortalecer a cultura de segurança no âmbito do Programa Segurança Sempre, e a efetividade das medidas adotadas é acompanhada sistematicamente pelas lideranças (saiba mais na página 40).

Indicadores de segurança do trabalho¹						
	2025		2024		2023	
	Colaboradores	Terceiros²	Colaboradores	Terceiros²	Colaboradores	Terceiros²
Dados-base³						
Total de horas-homem trabalhadas (HHT)	10.049.090	32.400.672	9.573.469	30.584.859	8.942.941	30.450.553
Número de acidentes registráveis (com e sem afastamento)	135	294	126	287	145	194
Número de acidentes com afastamento	90	242	102	254	123	160
Número de acidentes com consequência grave (exceto óbito)⁴	0	2	1	3	0	0
Número de fatalidades	1	4	0	7	0	2
Número de dias perdidos ou debitados⁵	6.652	33.939	778	47.583	1.241	13.489
Taxas⁶						
Taxa de frequência de acidentes registráveis (com e sem afastamento)	13,43	9,07	13,16	9,38	16,21	6,37
Taxa de frequência de acidentes com afastamento	8,96	7,47	10,65	8,30	13,75	5,25
Taxa de frequência de acidentes com consequência grave (exceto óbito)	0,00	0,06	0,10	0,10	0,00	0,00
Taxa de frequência de fatalidades	0,10	0,09	0,00	0,23	0,00	0,07
Taxa de gravidade de acidentes	661,95	1.047,48	81,27	1.555,77	138,77	442,90

1. Os dados abrangem 100% dos colaboradores e terceiros, não havendo exclusões. Entre os tipos de acidente mais comuns estão quedas, batidas contra objetos e atropelamentos, associados principalmente a fatores como falta de sinalização, condições inadequadas no ambiente de trabalho e condutas inseguras.

2. Considera trabalhadores terceiros contratados e subcontratados. Para a quantidade de horas trabalhadas, foi considerado o seguinte racional: quantidade de pessoas e novembro de 2025 X 167 (horas padrão de trabalho no mês) X 12 (meses do ano). Foi considerado o mês de novembro por não haver controle mensal do ano efetivo e porque reflete o cenário padrão do restante do ano.

3. Inclui acidentes típicos e os de trajeto envolvendo serviços de fretado fornecidos pela Companhia.

4. Refere-se aos acidentes com afastamento superior a 180 dias ou com lesão irreversível.

5. A variação de dias perdidos ou debitados para colaboradores é decorrente do acidente fatal ocorrido com colaborador em 2025.

6. As taxas foram calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.

GRI 416-1 | Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços

Os impactos na saúde e segurança dos usuários em nossas operações estão relacionados à ocorrência de acidentes nas rodovias. Com o objetivo de mitigar esses impactos, contamos com o Programa de Segurança Viária, que abrange 100% das operações de concessões rodoviárias com a contínua avaliação de riscos e a implementação de medidas preventivas. Essas ações incluem desde investimentos nas vias e nas sinalizações e implantação de radares até campanhas de conscientização dos usuários, com ações educativas e o uso de simuladores.

Gerencialmente, monitoramos a quantidade e o índice de acidentes e vítimas, como indicadores que permitem identificar os trechos de maior risco, direcionando as ações de forma estratégica. Em 2025, registramos uma

redução de 3% no índice de acidentes, mas os índices de acidentes fatais e vítimas fatais tiveram aumento de 8,3% e 6,7%, respectivamente. Esses resultados evidenciam o desafio contínuo de engajar os usuários para a adoção de comportamentos seguros. Com base em controles gerenciais, identificamos aumento de condutas de risco, como trafegar acima do limite de velocidade, fazer ultrapassagens em áreas proibidas, utilizar o celular ao volante e não usar o cinto de segurança. Outro comportamento percebido é a adaptação de condutores usuais que seguem limites e regras de trânsito na presença dos equipamentos de fiscalização, mas retomam práticas inadequadas em trechos nos quais não há monitoramento constante. Todas essas condutas elevam a gravidade de ocorrências e reforçam a necessidade de implementar estratégias para a mudança consistente de comportamento, e não apenas focadas no controle e na fiscalização das normas.

GRI 416-2 | Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

Em 2025, nossas concessionárias receberam 21 multas e 1 advertência relacionadas ao não cumprimento de aspectos de segurança viária previstos nos contratos de concessão. As perdas financeiras decorrentes desses processos totalizaram R\$ 5,7 milhões, envolvendo a Ecovias Imigrantes, a Ecovias Leste Paulista e a Ecovias Noroeste.

GRI 403-10 | Doenças profissionais

Assim como no período anterior, não registramos nenhum caso de doença ocupacional envolvendo colaboradores ou terceiros em 2025.

Indicadores de segurança viária						
	2025		2024		2023	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
Acidentes em rodovias¹	23.829	0,64	23.915	0,66	22.171	0,64
Acidentes fatais²	681	1,82	613	1,68	639	1,85
Vítimas fatais³	780	2,08	709	1,95	750	2,17

1. Índice de acidentes em rodovias: (no total de acidentes x 1.000.000) / (extensão da rodovia x volume diário médio de veículos no segmento homogêneo x período).
2. Índice de acidentes fatais: (no total de acidentes com mortos x 100.000.000) / (extensão da rodovia x volume diário médio de veículos no segmento homogêneo x período).
3. Índice de vítimas fatais: (no total de mortos x 100.000.000) / (extensão da rodovia x volume diário médio de veículos no segmento homogêneo x período).

Capital humano & DEI



Capital humano & DEI ▶

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema abrange uma diversidade de aspectos relacionados à gestão da nossa força de trabalho e ao gerenciamento de potenciais riscos com impactos diretos sobre o modelo de negócio e a competitividade da EcoRodovias. O contexto atual do setor indica o aumento da competição com pares de mercado e novos entrantes nos certames para concessão de novas rodovias. Como consequência, há aumento da competição por profissionais com competências operacionais e experiência em infraestrutura rodoviária.

Nesse cenário, ganham relevância nossas iniciativas direcionadas a atrair novos talentos e reter colaboradores (*turnover*) em posições estratégicas na *holding* e nas unidades. Também são relevantes nesse tema a estratégia para formação de lideranças e a capacidade de manutenção das atividades estratégicas, por meio de programas de treinamento, avaliação de desempenho e preparação de sucessores.

A aceleração da digitalização e do uso de novas tecnologias nas atividades operacionais, com destaque para Free Flow, tende a provocar a eliminação de postos de trabalho tradicionais no setor. Assim, o gerenciamento da manutenção de empregabilidade de trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação técnica torna-se um aspecto relevante para a abrangência do tema.

A diversidade, equidade e inclusão (DEI) de grupos minorizados nos ambientes profissionais ganha especial relevância diante da grande quantidade de postos de trabalho gerados em nossas unidades. O tema abrange também a gestão de aspectos relacionados à saúde mental dos colaboradores.



Nossa abordagem de gestão

Nosso modelo de gestão de pessoas é direcionado para a valorização de todos os profissionais, o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais e o incentivo ao desenvolvimento e à preparação para novos desafios em suas carreiras. Nesse contexto, possuímos diferentes políticas e instruções normativas que formalizam diretrizes e requisitos relacionados a processos de gestão de pessoas, como recrutamento e seleção, concessão de benefícios e normas de trabalho remoto ou híbrido, entre outros aspectos da rotina empresarial.

A gestão dos processos é conduzida de forma corporativa pela área de Gestão de Pessoas, responsável pela centralização de informações e dados e pela operacionalização de sistemas e procedimentos de controle. Na cultura corporativa, nossos líderes absorvem a responsabilidade pela promoção das iniciativas de desenvolvimento e aprimoramento profissional dos colaboradores que compõem suas equipes.

Divulgamos e comunicamos de forma clara os princípios e valores da nossa cultura corporativa, sob o mote do “Nosso Jeito Eco de Ser”. Além disso, possuímos um modelo estruturado para avaliação de desempenho dos colaboradores, o qual considera a definição de metas individuais e o relacionamento com os líderes, visando à elaboração de *feedbacks* e a definição de planos de desenvolvimento de carreira – inclusive com a possibilidade de aprimoramento especializado (“Carreira em Y”). Na frente de diversidade, equidade e inclusão, nossas ações são coordenadas no âmbito do programa Caminho para Todos, com projetos estruturados nos pilares: Mulheres; Pessoas com Deficiência (PCDs); Geracional; LGBTQIAP+; e Raça.

No âmbito da Agenda ESG 2030, estabelecemos metas para aumentar a presença de mulheres e de pessoas negras em cargos de liderança e estabelecer pisos mínimos para a capacitação dos colaboradores, além de considerar aspectos ESG no modelo de avaliação de desempenho de todos os profissionais (incluindo a alta administração). Com o objetivo de potencializar impactos positivos, abranger novos tipos de risco significativo ou adequar nossa estratégia às externalidades e às reconfigurações do portfólio de concessões, as metas da Agenda ESG 2030 podem ser revisadas e ajustadas. Em 2025, isso ocorreu para nossas metas de diversidade, equidade e inclusão.

As metas para aumento do percentual de mulheres e de pessoas negras em posições de liderança foram estendidas até 2035, mantendo a ambição inicial aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Essa mudança reflete os desafios para a preparação e o desenvolvimento de novas lideranças entre esses dois grupos.

Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 52 a 59).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Mulheres na liderança: 35% até 2026 41% até 2030 50% até 2035	33,5% das posições de liderança ocupadas por mulheres	 Em progresso
Pessoas negras na liderança: 27,5% até 2026 31% até 2030 35% até 2035	28,0% das posições de liderança ocupadas por pessoas negras	 Em progresso
Média de horas de treinamento por colaborador: 18,3 horas até 2026 21,9 horas até 2030	32,9 horas de treinamento por colaborador	 Em progresso
Manter 100% de avaliação anual de desempenho dos colaboradores com inclusão de metas ESG	100% dos colaboradores avaliados em metas ESG atreladas ao Programa de Participação nos Resultados (PPR)	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados

Em 2025, registramos aumento de 22,0% e de 11,3%, respectivamente, nas nossas taxas de contratação e de rotatividade. Esse crescimento é reflexo da entrada em operação da Ecovias Raposo Castello, que demandou a contratação de novos colaboradores. O aumento das contratações no Sudeste compensou a redução do quadro local de profissionais nas unidades em que automatizamos processos operacionais, como cabines de autoatendimento, pórticos Free Flow e balanças automáticas.

Contratações e desligamentos						
	2025		2024		2023	
	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos
Por gênero						
Homens	731	579	504	557	695	549
Mulheres	1.073	895	895	835	1.030	603
Por faixa etária						
Abaixo de 30 anos de idade	792	552	636	526	717	466
Entre 30 e 50 anos de idade	911	827	699	785	908	624
Acima de 50 anos de idade	101	95	64	81	100	62
Por região						
Centro-Oeste e Norte ¹	70	109	153	141	125	128
Sudeste	1.684	1.321	1.208	1.198	1.557	981
Sul	50	44	38	53	43	43
Total	1.804	1.474	1.399	1.392	1.723	1.152

1. Regiões consolidadas porque a Ecovias Araguaia se estende pelos estados de Goiás (Centro-Oeste) e Tocantins (Norte).

GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados (continuação)

Taxas de contratação e rotatividade						
	2025		2024		2023	
	Taxa de contratação¹	Taxa de rotatividade²	Taxa de contratação¹	Taxa de rotatividade²	Taxa de contratação¹	Taxa de rotatividade²
Por gênero						
Homens	27,4%	24,6%	20,1%	21,1%	27%	24%
Mulheres	34,5%	31,7%	30,4%	29,3%	36%	28%
Por faixa etária						
Abaixo de 30 anos de idade	51,9%	44,0%	42,6%	38,9%	46%	38%
Entre 30 e 50 anos de idade	25,7%	24,5%	20,9%	22,1%	27%	23%
Acima de 50 anos de idade	14,3%	13,9%	10,4%	11,8%	18%	14%
Por região						
Centro-Oeste e Norte³	23,0%	29,3%	44,1%	42,4%	46%	38%
Sudeste	32,4%	28,9%	25,0%	24,9%	27%	26%
Sul	18,4%	17,3%	14,2%	17,0%	18%	15%
Total	31,2%	28,4%	25,6%	25,5%	32%	26%

1. Taxa de contratação = número de contratações da categoria dividido pelo headcount da categoria no encerramento do período.
2. Taxa de rotatividade = média de contratações e desligamentos (contratações + desligamentos / 2) da categoria dividida pelo headcount da categoria no encerramento do período.
3. Regiões consolidadas porque a Ecovias Araguaia se estende pelos estados de Goiás (Centro-Oeste) e Tocantins (Norte).

GRI 401-2 | Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial

Oferecemos um amplo e competitivo pacote de benefícios aos nossos colaboradores, que inclui plano de saúde (para o profissional e dependentes, sem carência de utilização e com custeio integral da mensalidade pela Companhia), plano odontológico (para o colaborador e dependentes, com custeio de valor mínimo pela Companhia), plano de previdência privada (adesão voluntária, com contrapartida da Companhia), auxílio-creche (para os colaboradores, conforme elegibilidade), vale-alimentação ou vale-refeição, vale-transporte (com desconto de até

6% sobre o salário bruto), auxílio *home office* (para os colaboradores elegíveis à jornada híbrida), seguro de vida e auxílio-funeral (estendido a cônjuge e filhos), Wellhub (parceria com academias e estabelecimentos de bem-estar e qualidade de vida) e participação nos lucros. Os aprendizes e estagiários, que possuem contrato de trabalho por prazo determinado e jornada de trabalho parcial, não têm direito ao plano odontológico, ao plano de previdência privada e à participação nos lucros.

GRI 401-3 | Licença maternidade/paternidade

Nossos colaboradores têm direito aos benefícios de licença-maternidade e paternidade estendida, pois a EcoRodovias integra o programa Empresa Cidadã. As ações que desenvolvemos visando à qualidade de vida dos colaboradores durante esse período e ao equilíbrio com a rotina profissional após o retorno estão integradas no Ecovida, programa de qualidade de vida da Companhia (saiba mais na página 50).

A quantidade de colaboradores que usufruíram dos benefícios de licença-maternidade e paternidade em 2025 foi 8,1% maior em relação ao ano anterior, puxada

pelos homens (56,0% de aumento). A taxa de retorno de 100% é garantida pela legislação brasileira, pois não permite o desligamento do colaborador durante a licença. Por isso, monitoramos duas taxas de retenção: uma para o período de 30 dias e outra para 1 ano. A primeira permite mensurar o retorno efetivo dos colaboradores após a licença e a segunda é uma medida de permanência do profissional na Companhia.

Um desafio para a consolidação deste conteúdo GRI é o acompanhamento das informações ao longo do tempo, sendo necessário monitorar três ciclos de reporte para a apuração das taxas de retorno e

retenção. Para os colaboradores que usufruíram da licença em 2025, só será possível apurar as taxas finais de retorno e retenção de 30 dias em 2026 (alguns ainda estavam em licença no encerramento do período ou não haviam completado 30 dias após o retorno), e as taxas de retenção 12 meses só serão finais em 2027 (pois o colaborador pode ter usufruído do benefício no fim do ano, retornando – no caso da licença-maternidade – em meados de 2026 e completando um ano após o retorno apenas em 2027). Diante disso, essas taxas são anualmente reapresentadas no Relatório Integrado da EcoRodovias, e divulgamos ainda as taxas potenciais.

Indicadores relacionados à licença parental						
	2025		2024		2023	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Saída e retorno da licença						
Número de colaboradores elegíveis à licença e que saíram de licença	78	96	50	111	45	110
Número de colaboradores que retornaram da licença	77	50	50	111	45	110
Número de colaboradores ainda em licença	1	46	0	0	0	0
Taxa de retorno	98,7%	52,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de retorno potencial	100,0%	100,0%	na	na	na	na
Retenção 30 dias						
Número de colaboradores que permaneceram por 30 dias após o retorno	69	30	49	100	45	98
Número de colaboradores que ainda não completaram 30 dias após o retorno	4	13	0	0	0	0
Número de colaboradores desligados antes de completar 30 dias após o retorno	4	7	1	11	0	12
Taxa de retenção (30 dias)	89,6%	60,0%	98,0%	90,1%	100,0%	89,1%
Taxa de retenção (30 dias) potencial	94,8%	86,0%	na	na	na	na
Retenção 1 ano						
Número de colaboradores que permaneceram por 1 ano após o retorno	0	0	42	24	34	62
Número de colaboradores que ainda não completaram 1 ano após o retorno	68	39	1	30	0	0
Número de colaboradores desligados antes de completar 1 ano após o retorno	9	11	7	57	11	48
Taxa de retenção (1 ano)	na	na	84,0%	21,6%	75,6%	56,4%
Taxa de retenção (1 ano) potencial	88,3%	78,0%	86,0%	48,7%	na	na

GRI 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador

O Ecovida é o nosso programa corporativo de qualidade de vida, que disponibiliza iniciativas e benefícios aos colaboradores e seus familiares em quatro pilares de atenção à saúde.

Pilares do Programa EcoVida

- ▶ **1. Bem-Estar Físico**
Acompanhamento de doenças crônicas, gestão de pacientes internados, programa de gestantes, vacinação H1N1, *check-up* executivo, programa A Gente se Cuida, ginástica laboral e Academia Corporativa/ Wellhub (convênios com academias).
- ▶ **2. Bem-Estar Mental**
Atendimento on-line com psicólogo e programa Conte Comigo (linha telefônica 0800 para atendimento psicossocial, assistência social e jurídica e consultoria).
- ▶ **3. Bem-Estar Social**
Programa Social Call e programa Conte Comigo (0800).
- ▶ **4. Bem-Estar Financeiro**
Ações de educação financeira – ECONomiza e programa Conte Comigo (0800).

O Ecovida oferece 15 produtos de suporte, além de ações de comunicação e conscientização, que direcionam nosso público para o conceito de saúde integral, reforçando a nossa cultura de bem-estar. No último ano, 4 mil atendimentos foram realizados, considerando todas as iniciativas disponibilizadas.

De forma geral, as ações realizadas ao longo do ano contribuíram para ampliar o alcance dos programas de promoção da saúde, fortalecer a cultura de cuidado integral, estimular o engajamento dos colaboradores e consolidar o EcoVida como um pilar estratégico de qualidade de vida e bem-estar na EcoRodovias. Como resultado, mais de 50% dos colaboradores e dependentes foram acolhidos pelo Ecovida no período.

GRI 404-1 | Média de horas de capacitação por ano, por empregado

Em 2025, promovemos mais de 190 mil horas de treinamento para nossos colaboradores, um aumento de 8,4% em relação a 2024. Esse crescimento reflete principalmente o aumento do quadro funcional no período, uma vez que a média de horas de capacitação por colaborador permaneceu estável na comparação anual.

Indicadores de treinamento						
	2025		2024		2023	
	Total de horas de treinamento	Média por colaborador	Total de horas de treinamento	Média por colaborador	Total de horas de treinamento	Média por colaborador
Por sexo						
Masculino	95.200	35,71	85.373	33,97	74.302	28,86
Feminino	94.838	30,47	89.894	30,53	82.342	28,63
Por nível funcional						
Executivos	5.841	50,79	5.856	55,77	2.645	27,84
Média gestão	22.886	63,05	21.113	68,77	13.904	48,61
Administrativo	39.758	37,44	45.688	46,20	35.049	37,65
Operacional	121.553	28,68	102.610	25,30	105.046	25,39
Total	190.038	32,89	175.267	32,12	156.644	28,74

GRI 404-2 | Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira

Nossos programas de desenvolvimento promovem o aperfeiçoamento de competências e a empregabilidade continuada dos colaboradores, apoiando a jornada de carreira desses profissionais, preparando-os para os novos desafios e contextos de atuação e impulsionando o papel deles como agentes de transformação dos negócios. Em 2025, mereceu destaque o lançamento da UniEco, nossa universidade corporativa, com mais de 300 conteúdos distribuídos em áreas de autoconhecimento, comunicação, inteligência emocional, produtividade, análise de dados, inovação e competências estratégicas.

A Semana da Carreira, realizada anualmente, teve como tema principal o fortalecimento da competência Aprendizado Contínuo, destacando o lançamento da UniEco. A programação, distribuída ao longo de cinco dias, contou com apresentações de especialistas de mercado e de colaboradores que compartilharam visões e experiências sobre transformação digital, inovação e protagonismo de carreira. Esses temas também pautaram a segunda edição do Pit Stop de Desenvolvimento, iniciativa para abordar, de maneira objetiva e acessível, temas estratégicos para os

objetivos da Companhia. Os *videocasts*, com cerca de uma hora de duração, ficam disponíveis aos nossos colaboradores nos canais de comunicação corporativos.

No contexto das operações, o Programa Capacitar foca na requalificação técnica de profissionais, principalmente os que atuam nas praças de pedágio, possibilitando o aprendizado de novas competências para o trabalho em uma operação cada vez mais digital e automatizada. No final de 2025, o Capacitar foi reformulado com o propósito de ampliar o impacto positivo aos profissionais elegíveis à participação no Programa. Além da manutenção das ações de educação, outras iniciativas de assistência serão incorporadas para impulsionar a continuidade dos colaboradores em nossa Companhia ou auxiliá-los na transição de carreira.

Com foco na preparação para a aposentadoria, ofertamos aos colaboradores um plano de previdência privada. A adesão é voluntária e prevê a contribuição de 1% do salário bruto, sendo que, para os profissionais com salário superior a R\$ 5.154,45, a faixa de contribuição vai de 3% a 10% do salário bruto. Em todos os casos, há contrapartida da EcoRodovias, aportando o mesmo valor direcionado pelo colaborador.

GRI 404-3 | Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Temos dois processos distintos de avaliação de desempenho dos nossos colaboradores. O Ciclo de Desempenho aplica-se aos profissionais de áreas administrativas e em posições de liderança com pelo menos três meses na Companhia, e tem como objetivo a identificação de talentos, o aprimoramento de habilidades técnicas e comportamentais e o preparo de sucessores. O público operacional passa por um processo mais simplificado, em que a liderança imediata acompanha o contrato de metas estabelecido e o histórico de assiduidade, advertências e *feedbacks*, orientando o colaborador para o seu desenvolvimento.

Colaboradores envolvidos em avaliação de desempenho em 2025 ¹		
	Número de colaboradores avaliados	Percentual de colaboradores avaliados
Por sexo		
Masculino	936	37,5%
Feminino	819	28,4%
Por nível funcional		
Executivos	99	97%
Média gestão	285	93%
Administrativo	884	90%
Operacional	487	12%
Total	1.755	32,6%

1. A premissa de cálculo foi revisitada para refletir a elegibilidade do headcount no momento do início do ciclo de avaliação, que pode variar em relação ao headcount no encerramento do período anterior ao de relato. Dessa forma, os dados referentes a 2024 não são comparáveis.

GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados

Nosso quadro funcional têm uma formação equilibrada na distribuição por gênero. No fim de 2025, as mulheres representavam 53,8% do quadro total e eram maioria nos níveis administrativo e operacional. Nas posições de média e alta gestão, elas ocupavam, respectivamente, 34,7% e 29,6% das posições. Na distribuição por faixa etária, os colaboradores entre 31 e 50 anos de idade

são maioria em todos os níveis funcionais, representando 61,4% do quadro funcional em 2025.

No âmbito da Agenda ESG 2030, monitoramos o percentual de mulheres e negros em posições de liderança. Em 2025, esse percentual foi de 33,47% e 28,03%, respectivamente, ante 32% e 28% no ano anterior. O avanço nesses indicadores é um dos resultados do programa Caminho para Todos, que potencializa a cultura da diversidade e inclusão, conectando

nosso propósito à agenda de respeito e valorização dos direitos humanos. Para saber mais sobre o programa Caminho para Todos, consulte a página 59 do nosso Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

Nosso Conselho de Administração é formado por 12 membros, sendo uma mulher (8,33%). Na distribuição por faixa etária, dois conselheiros têm idade entre 31 e 50 anos (16,7%) e os outros dez têm mais de 50 anos de idade (83,3%).

Composição dos níveis funcionais por gênero						
	2025		2024		2023	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Executivos	70,4%	29,6%	72,4%	27,6%	75,8%	24,2%
Média gestão	65,3%	34,7%	66,1%	33,9%	65,4%	34,6%
Administrativo	42,2%	57,8%	42,7%	57,3%	44,4%	55,6%
Operacional	44,9%	55,1%	44,7%	55,3%	45,9%	54,1%
Total	46,2%	53,8%	46,1%	53,9%	47,2%	52,8%

Composição dos níveis funcionais por faixa etária									
	2025			2024			2023		
	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade
Executivos	0,9%	76,5%	22,6%	0,0%	77,1%	22,9%	0,0%	77,9%	22,1%
Média gestão	5,0%	85,4%	9,6%	3,6%	86,0%	10,4%	2,8%	88,1%	9,1%
Administrativo	33,2%	60,6%	6,3%	33,9%	59,9%	6,3%	33,9%	60,0%	6,0%
Operacional	27,2%	59,2%	13,6%	28,3%	59,5%	12,2%	30,0%	58,9%	11,1%
Total	26,4%	61,4%	12,2%	27,4%	61,4%	11,3%	28,7%	61,0%	10,3%

GRI 405-2 | Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

Nossas práticas de remuneração são definidas a partir de pesquisas de mercado, prezando a meritocracia e a remuneração adequada dos profissionais de acordo com o nível de responsabilidade, o conhecimento técnico e a maturidade necessários em cada posição. A variação na proporção da remuneração média das mulheres em relação à dos homens em cada nível funcional está principalmente relacionada aos diferentes cargos agrupados em cada nível. Não há diferença salarial para funções equivalentes.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração anual total	Salário-base	Remuneração anual total
Executivos	0,72	0,58	0,70	0,60
Média gestão	1,16	1,15	1,12	1,12
Administrativo	0,82	0,80	0,80	0,79
Operacional	0,59	0,55	0,62	0,56

GRI 406-1 | Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

Denúncias de discriminação recebidas pelo Canal de Ética			
	2025	2024	2023
Total de denúncias de discriminação recebidas	14	16	13
Casos em análise ¹	3	6	6
Casos com plano de reparação em implementação ^{1 e 2}	0	1	1
Casos já reparados e com análise de resultados ^{1 e 2}	0	2	3
Casos improcedentes ou com informações insuficientes para sua apuração ¹	11	7	3

1. O status dos casos reflete a situação das denúncias recebidas ao longo do período na data-base de 31/12 do respectivo ano de reporte. Todas as denúncias são investigadas e tratadas conforme procedimentos do Canal de Ética.
2. Planos de reparação abrangem a aplicação de medidas disciplinares, treinamento sobre diversidade e inclusão e outras tratativas definidas pela Comissão de Acompanhamento de Integridade e de Medidas Disciplinares (CAIMD).



Comunidades

Comunidades ►

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

A grande extensão territorial das rodovias administradas e a diversidade geográfica das operações fazem com que a EcoRodovias interaja com moradores e agentes sociais em diferentes tipos de município brasileiro. Entre os aspectos cobertos pelo tema estão processos e ferramentas para identificar contribuições reais e potenciais que o nosso modelo de negócio viabiliza para o crescimento socioeconômico das comunidades locais. Tais impactos podem estar associados aos investimentos diretos em infraestrutura (como conectividade digital nas rodovias) e a programas de investimento social lastreados em leis de incentivo fiscal e doações voluntárias.

Também estão nesse escopo políticas e procedimentos para direcionar a estratégia em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. As diretrizes para essa atuação devem priorizar a potencialização de impactos positivos do nosso modelo de negócio, como o aumento da

segurança viária e da empregabilidade – e outros mapeados nos demais temas da Matriz de Materialidade. Igualmente importante é o estabelecimento de ferramentas capazes de dimensionar a efetiva contribuição para o desenvolvimento local, a partir do monitoramento de indicadores-chave que conectem a materialização de investimentos à evolução de indicadores socioeconômicos locais.

O tema abrange, ainda, a potencial interferência das nossas atividades em comunidades tradicionais ou sensíveis à implementação de infraestrutura rodoviária, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.



Nossa abordagem de gestão

Reconhecemos a relevância do relacionamento positivo com as comunidades do entorno das concessões e da contribuição para o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável das regiões em que estamos presentes. Formalizamos diretrizes de atuação em relação a esse tema na Política Diretrizes de Sustentabilidade e na Política de Investimento Social – essa última estabelece parâmetros para a destinação de recursos financeiros próprios e obtidos a partir de leis de incentivo para fomentar projetos sociais.

Em 2025, finalizamos a construção do nosso Mapa Estratégico Socioambiental, aprovado pela Comissão de Sustentabilidade. Essa nova metodologia de gestão estabelece três pilares e nove temas que direcionam a execução do investimento social privado pelas unidades de negócio, com foco na promoção de desenvolvimento socioambiental de forma estruturada e sustentada no longo prazo, como geração de valor para a comunidade, natureza e negócio. Em 2026, as concessões iniciarão a execução dos respectivos Planos Socioambientais 2030.

Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 69 a 73).

Nossa meta	Desempenho em 2025	Status ¹
Até 2026, revisar a estratégia de investimento social por meio da construção de um plano diretor	O Mapa Estratégico Socioambiental 2025-2030, que define as diretrizes dos investimentos socioambientais da Companhia e dos Planos Socioambientais 2030 de cada unidade, foi finalizado e aprovado em 2025	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 413-1 | Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local

Todas as nossas operações possuem mecanismos de engajamento com as comunidades, avaliação de impactos ou promoção do desenvolvimento local, por meio da atuação das Ouvidorias, dos processos de licenciamento ambiental e dos investimentos sociais privados. Em 2025, finalizamos a construção do nosso Mapa Estratégico Socioambiental, aprovado pela Comissão de Sustentabilidade. Essa nova metodologia de gestão estabelece três pilares e nove temas que direcionam a execução do investimento social privado pelas unidades de negócio, com foco na promoção de desenvolvimento socioambiental de forma estruturada e sustentada no longo prazo, como geração de valor para a comunidade, natureza e negócio. Para saber mais sobre esse processo, consulte a página 70 do nosso Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

No último ano, direcionamos R\$ 24,5 milhões para iniciativas de desenvolvimento local, montante 10,5% menor do que no período anterior, principalmente devido ao menor aproveitamento de recursos elegíveis. Considerando as leis de incentivo na área da saúde (Pronas e Pronon), por exemplo, a ausência de projetos sociais enquadrados nos critérios de elegibilidade impediu a destinação de R\$ 2,7 milhões. Além disso, não utilizamos verbas oriundas da Lei de Incentivo à Cultura de Niterói e do Rio de Janeiro e da Lei do Bem, pois os projetos apresentados não estavam alinhados à nossa estratégia corporativa de investimento social.

Do total direcionado no ano, R\$ 23,0 milhões tiveram como origem recursos incentivados, como os da Lei Federal de Incentivo à Cultura, da Lei Federal de Incentivo

ao Esporte, da Lei do Idoso e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad). Outro R\$ 1,5 milhão refere-se a recursos próprios direcionados pelos Comitês de Sustentabilidade nas concessões para o apoio local de projetos. As ações apoiadas beneficiaram 39 municípios, o que representa 21% dos municípios em que estamos presentes, impactando 300 mil pessoas diretamente.

Investimentos sociais (R\$ mil)			
	2025	2024	2023
Investimento social com recursos oriundos de leis de incentivo	22.983	25.083	15.854
Investimento enquadrado na Lei do Bem	0	441	393
Doações e ações sociais de natureza privada	1.479	1.795	1.861
Total	24.462	27.319	18.108

GRI 413-2 | Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais

Principais impactos negativos (reais e potenciais) sobre as comunidades¹	Medidas de mitigação implementadas
Poluição sonora, visual e do ar e vibrações, que ocorrem tanto durante as obras quanto no funcionamento normal das rodovias	Gerenciadas no processo de licenciamento ambiental, com programas implementados para mitigação conforme a realidade de cada localidade, sob supervisão do órgão licenciador.
Deslocamento forçado das faixas de domínio e de áreas de expansão (duplicações)	Alinhamento das práticas de deslocamento forçado às orientações do Padrão de Desempenho 5 – Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês).
Perturbações no fluxo de veículos e de mobilidade durante as obras	Investimos na adequada sinalização e divulgação antecipada de obras, direcionando rotas alternativas para os usuários.
Aumento do fluxo de pessoas durante as obras, podendo gerar pressão sobre serviços públicos e privados	Ainda não possuímos medidas específicas voltadas para a mitigação desse impacto.
Risco de ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes	Como signatários do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil, promovemos campanhas e ações de sensibilização para usuários e colaboradores nesse tema.

1. Os impactos e as respectivas medidas de mitigação aplicam-se a todas as unidades da EcoRodovias.

GRI 411-1 | Casos de violação de direitos de povos indígenas

Não registramos nenhum caso de violação dos direitos de povos indígenas em nossas operações. De maneira geral, nossas concessões não possuem interferência em comunidades indígenas ou tradicionais, não havendo risco significativo de violação desses direitos. Ainda assim, previmos em nossa Política de Direitos Humanos premissas e diretrizes para o tratamento de questões dessa natureza, em linha com os parâmetros da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ética,
transparência
& integridade



Ética, transparência & integridade ►

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

A interação da EcoRodovias com o poder concedente é um aspecto central a ser gerenciado no âmbito deste tema. No longo ciclo de vida dos ativos (cerca de 30 anos), estabelecemos relações frequentes com diferentes órgãos públicos, autarquias e representantes públicos – da conquista de novos negócios até a conclusão dos contratos de concessão.

Este tema contempla políticas, procedimentos, ferramentas e controles internos para promover ações anticorrupção e a manutenção de um ambiente de livre competição de mercado, de maneira alinhada às melhores práticas e aderente a requisitos legais do Brasil e do exterior.

O tema também abrange os processos de governança corporativa para monitorar e controlar o fluxo financeiro dos processos e das atividades. Com um modelo de negócio intensivo em capital financeiro, a adoção das melhores práticas é fundamental para assegurar a apresentação fidedigna dos balanços financeiros periódicos, a manutenção da capacidade

de pagamento de obrigações contratuais e dos empréstimos e o retorno financeiro para acionistas. Isso inclui também os processos e as práticas de auditoria (interna e externa) e controles internos, combate a fraudes e desvios, assim como os mecanismos de avaliação e acompanhamento pelo Conselho de Administração.

Outro aspecto a ser gerenciado no âmbito deste tema é a formação e o treinamento de colaboradores e terceiros para a adoção de comportamentos éticos e íntegros nas relações com os diferentes públicos. A cultura de integridade abrange, com destaque, a valorização dos direitos humanos e a materialização de princípios para o combate a atitudes discriminatórias e assédio.



Nossa abordagem de gestão

Nosso modelo de gestão para os aspectos abrangidos pelo tema possui um elevado grau de maturidade, de formalização de diretrizes e de consolidação dos processos. Possuímos um extenso arcabouço de políticas e normas internas que delimitam os sistemas e mecanismos para monitoramento, controle, auditoria e confiabilidade das informações e dos dados corporativos – Código de Conduta, Política para Indicação de Membros, Regulamento da Auditoria Interna, Política para Recebimento de Brindes, Plano Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos, Instrução para Interações com Agentes Públicos e outros padrões.

A execução dessas diretrizes está consolidada no programa de gestão de riscos corporativos e no Programa de Ética – Sistema de Integridade, liderados por diretorias e gerências próprias. O Sistema de Integridade é certificado de acordo com a norma ISO 37001 (sistema de gestão anticorrupção e antissuborno).

Contamos com um canal para o recebimento de denúncias aberto a todos os públicos e que possui sistemas para registro, rastreabilidade e controle de procedimentos de investigação interna. Ações corretivas e sanções a colaboradores e terceiros ocorrem de acordo com instrução normativa específica, após decisão colegiada da Comissão de Acompanhamento de Integridade e Medidas Disciplinares. O tema é acompanhado pelo Conselho de Administração por meio de reportes periódicos e sistêmicos da Diretoria.

O Sistema de Integridade também abrange todas as ações de comunicação e de treinamento direcionadas aos colaboradores sobre ética, combate à discriminação e à corrupção, manutenção do ambiente de livre concorrência, promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro e outros temas relevantes da agenda de integridade. Além disso, possuímos um plano de auditoria interna de seus controles e dados de forma independente, com reporte direto ao Comitê de Auditoria, conforme exigência do Novo Mercado – segmento da B3. O desenvolvimento dos trabalhos anuais promove a identificação de oportunidades de melhoria e evolução dos controles internos, sem detrimento de procedimentos de auditoria externa e verificação das demonstrações financeiras por terceira parte.

Temos o compromisso de combater práticas dessa natureza em todos os nossos negócios, assegurando que nossos parceiros e terceiros atuem da mesma maneira. Nossa Política de Direitos Humanos estabelece as diretrizes que aplicamos para garantir esse objetivo. Em 2025, iniciamos a estruturação de um processo para identificação, avaliação e mitigação de riscos de violação dos direitos humanos em nosso modelo de negócios e na cadeia de valor. Também avaliamos a eficácia das nossas medidas de gestão para prevenir esse tipo de ocorrência e elaboramos um plano de trabalho para aprimorar nossa capacidade de gestão.

Para saber mais
sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 60 a 63).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Treinamento anual de 95% dos colaboradores em ética empresarial	99% dos colaboradores treinados em ética empresarial	 Em progresso
95% dos colaboradores envolvidos em formação em direitos humanos até 2026 e 2030	Iniciamos a elaboração de uma trilha de formação específica no tema de direitos humanos	 Em progresso
Fornecedores estratégicos envolvidos em formação em direitos humanos	Capacitamos 86% dos fornecedores estratégicos no tema de direitos humanos e empresas	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 205-2 | Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

Nossas políticas e procedimentos de combate à corrupção são amplamente divulgados interna e externamente, em diferentes canais de comunicação. O Programa de Ética – Sistema de Integridade abrange um conjunto de ações de divulgação para o público interno, por meio de campanhas, e-mails marketing e conteúdo dedicado na intranet corporativa. Para os públicos externos, contamos com seções dedicadas ao

tema de *compliance* nos sites institucional e de Relações com Investidores, inclusive com a disponibilização pública do Código de Conduta e do Código de Conduta para Terceiros (saiba mais na página 12). Dessa forma, 100% dos colaboradores e dos parceiros de negócios são comunicados em relação às nossas políticas e práticas anticorrupção.

Os colaboradores recebem treinamento em formato *e-learning* sobre o Código de Conduta no momento da

admissão e sempre que o documento passa por revisão. Também conduzimos treinamentos presenciais nas unidades, conforme planejamento do Programa de Ética, para reforçar temas específicos.

Os membros do Conselho de Administração são treinados anualmente no Programa de Ética. Em 2025, oito conselheiros efetivos (88,8%) foram capacitados. Em 2024 e 2023, havíamos promovido treinamento para oito (88,8%) e sete (77,7%) conselheiros efetivos, respectivamente.

Treinamento de colaboradores nas políticas e práticas anticorrupção						
	2025		2024		2023	
	Número de pessoas treinadas	Percentual de pessoas treinadas¹	Número de pessoas treinadas	Percentual de pessoas treinadas¹	Número de pessoas treinadas	Percentual de pessoas treinadas¹
Por região						
Centro-Oeste e Norte²	278	99,29%	338	100,00%	334	99,40%
Sudeste	4.792	98,38%	4.570	99,91%	4.594	99,09%
Sul	248	98,80%	248	99,60%	275	100,00%
Por nível funcional						
Executivos	114	100,00%	105	100,00%	95	100,00%
Média gestão	356	99,72%	301	100,00%	281	100,00%
Administrativo	1.025	99,42%	959	99,64%	904	99,65%
Operacional	3.823	98,03%	3.791	99,95%	3.923	98,92%
Total	5.318	98,45%	5.156	99,90%	5.203	99,16%

1. Percentual calculado sobre o headcount em 30/11, porque os colaboradores admitidos em dezembro têm um mês de prazo para realizar o treinamento.
2. Regiões consolidadas porque a Ecovias Araguaia se estende pelos estados de Goiás (Centro-Oeste) e Tocantins (Norte).

GRI 205-1 | Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

Todas as nossas operações são avaliadas em relação a riscos de corrupção no processo corporativo de gestão de riscos. Nesse contexto, a Matriz de Riscos Corporativos é atualizada semestralmente e possibilita a identificação dos aspectos mais relevantes para a gestão de riscos. Na avaliação de 2025, não foi identificado risco significativo de corrupção. Para saber mais sobre a gestão de riscos da EcoRodovias, consulte a página 25 do nosso Relatório Integrado 2025 ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 205-3 | Casos confirmados de corrupção e ações tomadas

Em 2025, não registramos nenhum caso confirmado de corrupção em nossas operações, tampouco processos judiciais relacionados a esse tema. Dos 438 relatos recebidos pelo Canal de Ética no período, dois versaram sobre suposta prática de corrupção, porém foram considerados improcedentes.

GRI 206-1 | Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio

Em 2025, não registramos nenhum processo judicial relacionado a práticas desleais de concorrência.

GRI 201-4 | Apoio financeiro recebido do governo

Em nossas atividades, utilizamos recursos de renúncia fiscal para o aporte em projetos sociais e em pesquisas de desenvolvimento e inovação tecnológica. Em 2025, esses recursos somaram R\$ 23,0 milhões, montante 10,0% menor do que no ano anterior (saiba mais na página 56). Também somos elegíveis ao Regime Especial de Incentivos para o

Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que suspende a incidência de PIS e Cofins nas atividades enquadradas. Os montantes enquadrados no Reidi, que passaram a ser controlados em 2024 por meio da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirb), foram 88,7% menores na comparação anual.

Apoio financeiro recebido do governo por tipo (R\$ mil)			
	2025	2024	2023
Investimento social via leis de incentivo	22.983	25.083	15.854
Lei do Bem	0	441	393
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)	12.135	107.600	nd
Total	35.118	133.124	16.247

GRI 407-1 | Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco

Não há risco significativo de violação do direito à liberdade sindical e à negociação coletiva em nossas operações ou em nossos fornecedores. Asseguramos a ausência desse risco por meio de uma conduta responsável dos negócios, norteadas pelo Código de Conduta, e pelo amplo cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Estendemos esse compromisso aos nossos fornecedores, com a aplicação de avaliações de conformidade trabalhista na homologação dos parceiros e o acompanhamento durante o contrato. Para dar ainda mais robustez à gestão do tema, criamos, no último ano, a Célula de Gestão de Fornecedores. A nova área, incorporada à estrutura de Suprimentos, é responsável pelo acompanhamento de todos os processos, incluindo a verificação de obrigações legais trabalhistas, além do cadastro, da homologação e da avaliação de desempenho de fornecedores. Nenhum caso de violação desse direito foi registrado em 2025.

GRI 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil

Não há risco significativo de ocorrência de trabalho infantil ou de jovens expostos a trabalho perigoso em nossas operações ou em nossos fornecedores. Asseguramos a ausência desse risco por meio de uma conduta responsável dos negócios, norteadas pelo Código de Conduta, e pelo amplo cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Estendemos esse compromisso aos nossos fornecedores, com a aplicação de avaliações de conformidade trabalhista na homologação dos parceiros e o acompanhamento durante o contrato. Para dar ainda mais robustez à gestão do tema, criamos, no último ano, a Célula de Gestão de Fornecedores. A nova área, incorporada à estrutura de Suprimentos, é responsável pelo acompanhamento de todos os processos, incluindo a verificação de obrigações legais trabalhistas, além do cadastro, da homologação e da avaliação de desempenho de fornecedores. Nenhuma ocorrência desse tipo de trabalho degradante foi registrada em 2025.

GRI 409-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Não há risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo em nossas operações ou em nossos fornecedores. Asseguramos a ausência desse risco por meio de uma conduta responsável dos negócios, norteadas pelo Código de Conduta, e pelo amplo cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Estendemos esse compromisso aos nossos fornecedores, com a aplicação de avaliações de conformidade trabalhista na homologação dos parceiros e o acompanhamento durante o contrato. Para dar ainda mais robustez à gestão do tema, criamos, no último ano, a Célula de Gestão de Fornecedores. A nova área, incorporada à estrutura de Suprimentos, é responsável pelo acompanhamento de todos os processos, incluindo a verificação de obrigações legais trabalhistas, além do cadastro, da homologação e da avaliação de desempenho de fornecedores. Nenhuma ocorrência desse tipo de trabalho degradante foi registrada em 2025.

GRI 415-1 | Contribuições políticas

A EcoRodovias não realiza doações financeiras ou não financeiras a candidatos ou partidos políticos. Tais doações são proibidas pela legislação brasileira (Lei no 13.165/2015) e pelo Código de Conduta da Companhia.

Compras sustentáveis

Ecovias Rio Minas



Compras sustentáveis ▶

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

O tema abrange nosso papel como indutor de boas práticas e de soluções voltadas para o desenvolvimento sustentável na interação com nossa cadeia de suprimentos, sobretudo os parceiros envolvidos em atividades de obras ou conservação das vias. Nesse contexto, merecem destaque políticas e processos que norteiam os processos de compra de materiais e contratação de serviços, assim como as ferramentas para monitoramento e avaliação dos parceiros comerciais. Esses procedimentos contribuem para mitigar riscos de práticas abusivas em sua cadeia de suprimentos, em especial a ocorrência de trabalho análogo ao escravo e de trabalho infantil.



Nossa abordagem de gestão

Possuímos políticas e sistemas consolidados para gerenciar o relacionamento com nossos fornecedores e os respectivos riscos financeiros e operacionais nos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços. Entre nossas políticas, estabelecemos as diretrizes para a aquisição de bens e a contratação de serviços com critérios claros para alçadas decisórias, compartilhando responsabilidades entre a área de Suprimentos e as áreas requisitantes. Contamos com sistemas para a formalização de requisições e a garantia de rastreabilidade das propostas e dos contratos firmados, inclusive com a opção de cotações estratégicas para a formação de propostas para novos negócios. Além disso, adotamos o modelo de Avaliação Corporativa de Fornecedores, formalizado em procedimento interno, para acompanhar o desempenho de fornecedores estratégicos em aspectos relacionados a qualidade, saúde econômico-financeira dos parceiros e tratamento de fornecedores com baixa performance.

A fim de avaliar o desempenho dos fornecedores estratégicos para as nossas operações, desenvolvemos uma metodologia para categorização da criticidade por categoria de fornecimento em relação a riscos e impactos socioambientais e implementamos uma plataforma para monitoramento de indicadores de

performance ESG. Em 2025, 121 fornecedores foram convidados a participar do processo de avaliação de desempenho – 96% deles realizaram a adesão à plataforma no último ano.

A ferramenta conta com um módulo específico para mensuração de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a fim de subsidiar ações conectadas à nossa estratégia climática. Em 2025, 66% dos fornecedores convidados a disponibilizarem suas informações sobre governança climática responderam ao questionário, um índice elevado de adesão, resultante de *workshops* e outras ações de engajamento conduzidas pela área de Suprimentos.

Para dar ainda mais robustez à gestão do tema, criamos, no último ano, a Célula de Gestão de Fornecedores. A nova área, incorporada à estrutura de Suprimentos, é responsável pelo acompanhamento de todos os processos, incluindo a verificação de obrigações legais trabalhistas, além do cadastro, da homologação e da avaliação de desempenho de fornecedores.

Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 66 a 68).

Nossa meta	Desempenho em 2025	Status ¹
Avaliação dos fornecedores nos temas de ESG: 95% dos fornecedores estratégicos até 2026 95% dos fornecedores críticos até 2028	96% dos fornecedores estratégicos avaliados em temas ESG	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 308-1 | Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

No processo de homologação de fornecedores, a avaliação em critérios ambientais aplica-se às categorias A (serviços especiais) e D (materiais de impacto ambiental), e abrange a apresentação de comprovante de licenciamento ou da dispensa formal do órgão ambiental competente. Todos os fornecedores dessas categorias precisam demonstrar a autorização de licença ambiental para participar de processos de contratação da EcoRodovias.

Avaliação ambiental de novos fornecedores na homologação			
	2025	2024	2023
Número de novos fornecedores avaliados em aspectos ambientais ¹	200	85	130
Percentual de novos fornecedores avaliados em aspectos ambientais ²	12,20%	6,03%	8,74%

1. Considera os fornecedores das categorias A e D, que são elegíveis à avaliação em critérios ambientais.
2. Calculado como o número de fornecedores avaliados em aspectos ambientais dividido pelo total de fornecedores homologados no período.

GRI 414-1 | Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

No processo de homologação de fornecedores, a avaliação em critérios sociais aplica-se às categorias A (serviços especiais), B (serviços diversos) e N (serviços básicos), e abrange a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Todos os fornecedores dessas categorias precisam demonstrar a ausência de débitos dessa natureza para participar de processos de contratação da EcoRodovias.

Avaliação social de novos fornecedores na homologação			
	2025	2024	2023
Número de novos fornecedores avaliados em aspectos sociais ¹	749	274	352
Percentual de novos fornecedores avaliados em aspectos sociais ²	45,60%	19,45%	23,65%

1. Considera os fornecedores das categorias A, B e N, que são elegíveis à avaliação em critérios sociais.
2. Calculado como o número de fornecedores avaliados em aspectos sociais dividido pelo total de fornecedores homologados no período.

GRI 308-2 e 414-2 | Impactos ambientais e sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

A Avaliação Corporativa de Fornecedores é nosso principal processo para o monitoramento de parceiros durante a vigência de seus contratos. Identificamos em nossa base as empresas com contratos ativos ou encerrados e que se enquadram como fornecedores estratégicos para serem submetidas ao processo de avaliação. Esse grupo é definido com base em critérios como a natureza do contrato (categorias de insumos estratégicas ou serviços com mão de obra intensiva), o valor transacionado e a recorrência de contratações.

As avaliações envolvem os respectivos gestores de contrato e a área de Planejamento de Suprimentos, considerando as dimensões técnica, de risco financeiro, de *compliance*, de gestão da documentação e de aspectos socioambientais. Esse último grupo abrange aspectos de saúde e segurança, gestão ambiental, conformidade legal, impactos sobre trabalhadores e aderência às diretrizes de sustentabilidade da EcoRodovias. Os resultados são consolidados em uma nota global do fornecedor que o enquadra em um dos cinco conceitos de desempenho (de “muito bom” a “ruim”). Aqueles considerados com desempenho insatisfatório passam por um processo estruturado de definição e acompanhamento de planos de ação a fim de mitigar riscos, sanar não conformidades e promover a melhoria contínua do fornecedor.

No ciclo 2024/2025, avaliamos 113 fornecedores, dos quais 10% tiveram desempenho não satisfatório em impactos

sociais e 78% em impactos ambientais. Em 2025, não tivemos contratos rescindidos e ainda não estabelecemos planos de ação, mas pretendemos elaborar planos de melhoria em conjunto com os fornecedores com baixo desempenho ao longo de 2026.

No caso dos aspectos sociais, os impactos considerados significativos são aqueles identificados a partir da ausência de controles, práticas e evidências relacionadas à dimensão social, como padrões trabalhistas, direitos humanos, saúde e segurança ocupacional e práticas de diversidade. A ferramenta identifica potenciais impactos sociais com base na falta de aderência a requisitos essenciais para a atuação responsável do fornecedor. Por exemplo, quando um fornecedor indica não possuir uma política formal para gerenciar padrões e práticas trabalhistas, essa ausência é interpretada como um potencial impacto social, considerando o risco de descumprimento de normas trabalhistas, falhas em condições de trabalho ou vulnerabilidade a situações de violação de direitos humanos.

Os impactos ambientais considerados significativos também são aqueles identificados a partir da ausência de controles, práticas e evidências relacionadas à dimensão ambiental. Da mesma forma, a ferramenta identifica potenciais impactos com base na falta de aderência a requisitos relevantes para a atividade do fornecedor. Por exemplo, quando um fornecedor indica não possuir controle de resíduos, essa resposta é interpretada como um potencial impacto ambiental, considerando o risco de não conformidade legal ou de práticas inadequadas.



Proteção de dados & **segurança**

Proteção de dados & segurança ►

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Os processos e as atividades de gestão das rodovias que administramos são conduzidos com o apoio de complexos sistemas e ferramentas digitais. Atuamos em procedimentos de arrecadação, monitoramento digital, atendimento a usuários e prestação de contas a órgãos fiscalizadores, entre outras diversas atividades conduzidas ininterruptamente (24x7).

A garantia da disponibilidade desses sistemas digitais é um aspecto central deste tema, abrangendo estratégias e práticas a fim de assegurar a proteção dessas ferramentas contra ataques cibernéticos e outros tipos de ameaça digital, assim como planos de restabelecimento em casos de ocorrência.

O tema também considera os procedimentos para capacitar e educar os colaboradores em relação à segurança digital. Os programas de treinamento com esse direcionamento têm relevância para gestão e comunicação.



Nossa abordagem de gestão

Nossa gestão da segurança cibernética e da proteção de dados está definida em instrução normativa interna, que estabelece papéis e responsabilidades para assegurar o uso adequado dos recursos de tecnologia da informação, prevenir riscos relacionados a ataques cibernéticos e garantir a disponibilidade dos sistemas críticos para o negócio.

Com uma área dedicada ao tema e sob a supervisão da Comissão de Riscos e Proteção de Dados, promovemos ações de prevenção, detecção e mitigação com o objetivo de impedir a ocorrência de ataques cibernéticos e, no caso de materialização do risco, de garantir a retomada dos sistemas o mais rapidamente possível sem a perda dos dados e informações armazenados digitalmente. Em 2025, realizamos

um simulado de gestão de crise para testar e avaliar nossos mecanismos de resposta para a recuperação e o funcionamento de plataformas digitais.

Também fortalecemos campanhas de comunicação e capacitações para informar os colaboradores sobre os riscos cibernéticos e promover a cultura de segurança digital. Essa maneira de atuação está em linha com as metas formalizadas na Agenda ESG 2030, focadas na capacitação anual dos colaboradores sobre o tema de segurança cibernética e proteção de dados e no desempenho de alta performance dos sistemas de proteção críticos.

Para saber mais
sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 64 e 65).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Buscar a paralisação zero de sistemas de proteção críticos devido à segurança cibernética	Não tivemos nenhuma paralisação	 Em progresso
Treinamento anual de 95% dos colaboradores nos temas de segurança cibernética e proteção de dados	99% dos colaboradores treinados em segurança e proteção de dados	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 418-1 | Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes

Indicadores relacionados a uso de dados	2025	2024
Número de vazamentos, furtos ou perda de dados	0	0
Queixas de violação de privacidade de dados manifestadas por agências reguladoras	0	0
Solicitações de titulares de dados recebidas e consideradas procedentes no escopo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	0	3

Inovação & tecnologia

CAMINHÕES
PESAGEM EM
MOVIMENTO
HS-WIM

Ecovias Noroeste
Paulista

Inovação & tecnologia ▶

GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais

Escopo do tema material

Nossa capacidade de materializar os investimentos previstos nos contratos de concessão estabelecidos com o poder concedente é um aspecto de alta relevância na gestão deste tema. Nesse contexto, aspectos de maior interesse estão relacionados à garantia de execução de projetos, obras e evoluções em linha com orçamentos e cronogramas preestabelecidos, garantindo a competitividade e a proteção do capital financeiro.

Neste tema, destaca-se a capacidade da EcoRodovias de captar recursos financeiros para a materialização dos investimentos nos ativos, considerando a interação com agentes do mercado financeiro. Potenciais oportunidades para a redução de custos de financiamento, apoiadas em sistemas de fomento à infraestrutura sustentável (*bonds* e outros), podem ser destacadas.

A inovação e as novas tecnologias são alavancas para impulsionar a eficiência na gestão de nossos ativos. Nesse contexto, o tema abrange nossa estratégia para mapeamento e indução de soluções que contribuam para a evolução dos seus processos operacionais e administrativos. Os potenciais benefícios dessas inovações para os demais temas devem ser mensurados e comunicados, como o aumento da segurança viária e da segurança ocupacional, a redução de emissões de GEE e a proteção à biodiversidade.



Nossa abordagem de gestão

A inovação e a transformação digital são pilares que sustentam o crescimento, a competitividade, a relevância e a sustentabilidade da EcoRodovias. Assim, está consolidada em nossa visão estratégica a importância da inovação como alavanca para aumentar a eficiência dos negócios, de forma transversal a todas as atividades administrativas e operacionais.

Estruturamos e consolidamos o nosso Ecossistema de Transformação, um modelo de gestão orientado à transformação digital, à eficiência operacional e organizacional e à inovação. Dentro dele, a Jornada de Transformação Digital fomenta uma cultura de trabalho baseada em dados, digitalização de processos, padronização operacional e captura sistemática de sinergias, com foco direto no aumento de produtividade, agilidade decisória e sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

Essa visão se desdobra no Inovaeco, nossa plataforma de inovação aberta, e no Programa de Transformação Digital, eixo estruturante para a melhoria contínua do desempenho operacional e organizacional, a automação de processos, a otimização da gestão de ativos e a redução de desperdícios em toda a cadeia de valor. Por meio da transformação digital, escalamos iniciativas com impacto comprovado nos resultados e projetos do Inovaeco, que acelera a incorporação de novas tecnologias, soluções inovadoras e novos modelos de trabalho ao negócio.

As metas estabelecidas pela EcoRodovias na Agenda ESG 2030 estão direcionadas para mensurar o avanço da implementação de novas tecnologias focadas na digitalização, no aumento da resiliência e da segurança e no fomento à sustentabilidade nas concessões. Também tratam da melhoria da percepção da importância da inovação entre os líderes da Companhia.

Para saber mais

sobre os destaques deste tema em 2025, clique aqui e consulte nosso Relatório Integrado 2025 (páginas 38 a 44).

Nossas metas	Desempenho em 2025	Status ¹
Implementar tecnologias com enfoque em rodovias digitais, resilientes e sustentáveis para garantir a segurança e a fluidez do tráfego	100% das ações previstas foram implementadas	 Em progresso
Melhorar a favorabilidade da pesquisa de inovação com a liderança alcançando 65% até 2026 e 70% até 2030	Não realizamos pesquisa de favorabilidade em 2025. O resultado da mais recente edição (2024) foi de 93% de favorabilidade. A próxima pesquisa será conduzida em 2026	 Em progresso

1. Considera o avanço em relação às metas definidas para 2030 ou para seus respectivos anos finais, conforme aplicável.

GRI 201-1 | Valor econômico direto gerado e distribuído

Demonstração do valor adicionado – principais linhas (R\$ milhões)			
	2025	2024	2023
Receitas	12.398	10.622	9.571
Insumos adquiridos de terceiros ¹	-5.444	-4.755	-4.634
Valor adicionado bruto	6.955	5.867	4.938
Retenções ¹	-1.156	-1.026	-969
Valor adicionado líquido produzido	5.799	4.841	3.968
Valor adicionado recebido em transferência	583	496	389
Valor adicionado total a distribuir	6.382	5.337	4.358
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	707	623	577
Impostos, taxas e contribuições	1.716	1.483	1.274
Remuneração de capitais de terceiros	3.092	2.318	1.910
Remuneração de capitais próprios	867	913	597
Valor adicionado total distribuído	6.382	5.337	4.358

1. Os valores de insumos adquiridos de terceiros e retenções compõem o valor econômico retido.

GRI 203-1 | Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

Em 2025, o montante investido em nossas unidades foi de R\$ 5,1 bilhões. Esses investimentos geram impactos positivos para a segurança viária dos usuários e o aumento da atividade econômica na região em decorrência do maior fluxo de pessoas e mercadorias. Impactos negativos associados à sua execução, como a geração de resíduos e poeira, a supressão vegetal e a necessidade de desvios de trajeto para os usuários, são mitigados com a aplicação de medidas gerenciais e do acompanhamento dos fornecedores responsáveis pelas obras.



Sumário de conteúdo da GRI

Sumário de conteúdo da GRI ▶

Declaração de uso | A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relatou em conformidade com as Normas GRI para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025
GRI 1 usada | GRI 1: Fundamentos 2021
Norma Setorial da GRI aplicável | Não se aplica

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Conteúdos gerais							
GRI 2 Conteúdos gerais 2021	2-1 Detalhes da organização	4	-	-	-	-	-
	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização¹	4	-	-	-	-	-
	2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	4	-	-	-	-	-
	2-4 Reformulações de informações¹	4	-	-	-	-	-
	2-5 Verificação externa¹	4	-	-	-	-	-
	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	5	-	-	-	-	-
	2-7 Empregados	6 e 7	-	-	-	6	8 e 10
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	8	-	-	-	6	8 e 10
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	8	-	-	-	-	-
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	9	-	-	-	-	5 e 16
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	9	-	-	-	-	16
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	9	-	-	-	-	16
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	9	-	-	-	-	-
	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	9	-	-	-	-	-
	2-15 Conflitos de interesse	10	-	-	-	-	16
	2-16 Comunicação de preocupações cruciais¹	10	-	-	-	-	-
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	10	-	-	-	-	-
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	10	-	-	-	-	-
	2-19 Políticas de remuneração	10	-	-	-	-	-

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
GRI 2 Conteúdos gerais 2021	2-20 Processo para determinação da remuneração	11	-	-	-	-	-
	2-21 Proporção da remuneração total anual	11	-	-	-	-	-
	2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	11	-	-	-	-	-
	2-23 Compromissos de política	12	-	-	-	-	-
	2-24 Incorporação de compromissos de política	13	-	-	-	-	-
	2-25 Processos para reparar impactos negativos ¹	13	-	-	-	-	-
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações ¹	14	-	-	-	10	16
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos ¹	14	Alínea b omitida	Informação indisponível/incompleta	Nosso relato está limitado aos casos significativos, de maneira alinhada ao Formulário de Referência. Vamos revisar as premissas internas até o próximo ciclo de relato.	-	16
	2-28 Participação em associações	15	-	-	-	-	16
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i> ¹	15	-	-	-	-	-
	2-30 Acordos de negociação coletiva	15	-	-	-	3	8

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Temas materiais							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais¹	17	-	-	-	-	-
	3-2 Lista de temas materiais¹	18	-	-	-	-	-
Tema material Estratégia climática							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	20	-	-	-	-	-
GRI 103 Energia 2025	103-1 Políticas e compromissos relacionados a energia	21	-	-	-	-	-
	103-2 Consumo e autogeração de energia dentro da organização¹	22	Alíneas a.ii (total) e c (parcial) omitidas	Informação indisponível/incompleta	Não dispomos da segmentação do consumo de combustíveis e da energia autogerada por atividade. Estamos aprimorando nossos processos e controles internos a fim de disponibilizar essa informação em até dois anos (relatório de ano-base 2027).	7 e 8	7, 8, 12 e 13
	103-3 Consumo de energia <i>upstream</i> e <i>downstream</i>	-	Conteúdo omitido	Informação indisponível/incompleta	Não dispomos de informações consolidadas sobre o consumo de energia fora da Companhia (em nossa cadeia de valor). Esperamos incluir esses dados em até dois anos (relatório de ano-base 2027).	7 e 8	7, 8, 12 e 13
	103-4 Intensidade energética	22	-	-	-	8	7, 8, 12 e 13
	103-5 Redução do consumo de energia	22	-	-	-	8 e 9	7, 8, 12 e 13
GRI 201 Desempenho econômico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	23 e 24	Alíneas a.iii e a.iv omitidas	Informação indisponível/incompleta	Não dispomos de informações sobre os efeitos financeiros dos riscos e das oportunidades antes de serem tomadas medidas e sobre os custos associados a essas medidas de gerenciamento. Estamos aprimorando nossos processos e controles internos a fim de disponibilizar essa informação em até dois anos (relatório de ano-base 2027).	8 e 9	13
GRI 305 Emissões 2016	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)¹	25	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia¹	25	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)¹	26	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	26	-	-	-	8	13, 14 e 15
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)¹	26	-	-	-	8 e 9	13, 14 e 15

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Biodiversidade & ecossistema							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	28	-	-	-	-	-
GRI 101 Biodiversidade 2024	101-1 Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	29	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	29	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-3 Acesso e repartição justa e equitativa de benefícios	-	Conteúdo omitido	Não aplicável	Conteúdo GRI não se aplica, pois a EcoRodovias não está sujeita a regulamentos e medidas de acesso e repartição justa e equitativa de benefícios (ABS) relativas ao acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados detidos por povos indígenas e comunidades locais.	8	6, 14 e 15
	101-4 Identificação de impactos na biodiversidade¹	30	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-5 Locais com impactos na biodiversidade¹	30 e 31	-	-	-	8	6, 14 e 15
Tema material Economia circular							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	33	-	-	-	-	-
GRI 306 Resíduos 2020	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	34	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	34	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final¹	35	-	-	-	8	3, 11 e 12
	306-5 Resíduos destinados para disposição final¹	35	-	-	-	8	3, 11 e 12

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Segurança							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	37	-	-	-	-	-
GRI 403 Saúde e segurança do trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	39	-	-	-	-	8
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	39	-	-	-	-	8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	40	-	-	-	-	8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	40	-	-	-	-	8 e 16
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	40	-	-	-	-	8
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	41	-	-	-	-	8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	41	-	-	-	-	8
	403-9 Acidentes de trabalho¹	42	-	-	-	-	3, 8 e 16
	403-10 Doenças profissionais	43	-	-	-	-	3, 8 e 16
GRI 416 Saúde e segurança do consumidor 2016	416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços¹	43	-	-	-	-	-
	416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços¹	43	-	-	-	-	16

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Capital humano & DEI							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	45	-	-	-	-	-
GRI 401 Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	47 e 48	-	-	-	6	5, 8 e 10
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	48	-	-	-	-	3, 5 e 8
	401-3 Licença maternidade/paternidade	49	-	-	-	6	5 e 8
GRI 403 Saúde e segurança do trabalho 2018	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	50	-	-	-	-	3
GRI 404 Capacitação e educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	50	-	-	-	6	4, 5, 8 e 10
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	51	-	-	-	-	8
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	51	-	-	-	6	5, 8 e 10
GRI 405 Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	52	-	-	-	6	5 e 8
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	53	-	-	-	6	5, 8 e 10
GRI 406 Não discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas¹	53	-	-	-	6	5 e 8
Tema material Comunidades							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	55	-	-	-	-	-
GRI 411 Direitos de povos indígenas 2016	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	56	-	-	-	1	2
GRI 413 Comunidades locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	56	-	-	-	1	-
	413-2 Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais	56	-	-	-	1	1 e 2

1. Conteúdo GRI assegurado.

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Ética, transparência & integridade							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	58	-	-	-	-	-
GRI 201 Desempenho econômico 2016	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	61	-	-	-	-	-
GRI 205 Combate à corrupção 2016	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção¹	60	-	-	-	10	16
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção¹	60	-	-	-	10	16
	205-3 Casos confirmados de corrupção e ações tomadas¹	60	-	-	-	10	16
GRI 206 Concorrência desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	60	-	-	-	-	16
GRI 407 Liberdade sindical e negociação coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	61	-	-	-	3	8
GRI 408 Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil¹	61	-	-	-	5	8 e 16
GRI 409 Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo¹	61	-	-	-	4	8
GRI 415 Políticas públicas 2016	415-1 Contribuições políticas	61	-	-	-	10	16
Tema material Compras sustentáveis							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	63	-	-	-	-	-
GRI 308 Avaliação ambiental de fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais¹	64	-	-	-	8	-
	308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas¹	65	-	-	-	8	-
GRI 414 Avaliação social de fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais¹	64	-	-	-	2	5, 8 e 16
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas¹	65	-	-	-	2	5, 8 e 16
Tema material Proteção de dados & segurança							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	67	-	-	-	-	-
GRI 418 Privacidade do cliente 2016	418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	67	-	-	-	-	16
Tema material Inovação & tecnologia							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	69	-	-	-	-	-
GRI 201 Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído¹	70	-	-	-	-	8 e 9
GRI 203 Impactos econômicos indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços¹	70	-	-	-	-	5, 9 e 11

1. Conteúdo GRI assegurado.

Créditos ▶

EcoRodovias

Rua Gomes de Carvalho, 1.510,
3º andar - Vila Olímpia, São Paulo-SP
Telefone: +55 (11) 3787-2667
www.ecorodovias.com.br

Equipe responsável

Diretoria de Finanças Corporativas
Diretoria de Sustentabilidade
Comunicação Corporativa

Conteúdo, consultoria e design

usina82

Fotos

Banco de imagens da
EcoRodovias e parceiros